



Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte

CESPU – Formação Angola

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CRIME EM ADOLESCENTES
ANGOLANOS.**

DISCENTE: PAULINA ANA AGRIÃO MARCOLINO

ORIENTADOR: ERNESTO PAULO FONSECA

Angola

2012

DEDICATÓRIA

À Todos aqueles que sofrem problemas de criminalidade ou comportamento desviante, para que este mal se dissipe,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a minha imensa gratidão à Deus Todo-Poderoso que por causa d'Ele estou neste mundo, deu-me vida, saúde, determinação e espírito de sacrifício para a realização deste trabalho e por esta experiência tão rica e tão única que me proporcionou

Ao meu querido Pai, de feliz memória, e à prestimosa Mãe que com sacrifício e amor nos cuidou, o meu eterno reconhecimento.

Aos meus filhos e ao meu esposo, que com muito sacrifício foram suportando as minhas ausências por causa dos estudos, a minha profunda gratidão.

Um agradecimento especial ao meu Tutor, Professor e Mestre, Ernesto Paulo Fonseca, que com espírito de sacrifício, com sua sabedoria nos orientou e com muita paciência nos suportou.

À Direcção da CESPU-Formação, S.L que com muita perspicácia fez com que a CESPU fosse extensiva à Benguela-Angola, tão valioso, tão importante, o meu profundo apreço.

À CESPU-Formação Angola-Benguela, que aceitou e conseguiu implantar o curso de Psicologia Clínica e da Saúde em Benguela, que sempre nos encorajou, acompanhou, nos momentos difíceis, sempre presente e aceitando as nossas limitações, a minha imensa gratidão.

Ao Precioso e inolvidável Mestre Anastásio Vianeke, que pela sua disponibilidade e paciência me apoiou durante o ajuste da tese, a minha gratidão.

Ao prestimoso colega e mestrando Dr. Eurico Bongue, que me prestou sempre um inestimável e inesquecível apoio tanto moral como material e servindo sempre de suporte nos momentos difíceis deste meu trabalho, o meu eterno reconhecimento.

Aos Docentes que com muita paciência, sacrifício, adaptação ao novo contexto angolano, nos inundaram com os seus conhecimentos, a minha sempiterna gratidão.

Aos meus colegas do curso de Psicologia Clínica e da Saúde, que me foram enchendo de coragem, que me foram apoiando, que com a sua empatia me foram suportando, deixo o meu profundo apreço.

A todos aqueles que directa ou indirectamente fizeram com que esse trabalho fosse possível, deixo o meu apreço de estima.

RESUMO

A delinquência é um fenómeno preocupante, ousamos afirmar, tanto a nível do Mundo, de África, de Angola como de Benguela.

O fenómeno delinquência faz parte do dia-a-dia dos angolanos, na actualidade, com particular ênfase nos maiores centros de concentração populacional como são as cidades, focalizando, no entanto, a relação do referido fenómeno com a formação dos jovens nas escolas. Benguela constitui outro foco de delinquência.

Todos os dias temos conhecimento de actos contra a lei que despertam o interesse dos investigadores que os tentam compreender, de forma a poderem preveni-los e até mesmo extingui-los.

Para melhor compreender esta problemática é importante conhecer as Representações Sociais sobre o Crime entre os Adolescentes e Jovens. A Teoria das Representações Sociais, enquanto instrumento de análise do contexto de formação, traz contribuições significativas para compreensão da construção e da consolidação dos conceitos partilhados pelos sujeitos pertencentes a um determinado grupo, possibilitando compreender a influência da formação na construção dessas representações.

Com base nisso, levanta-se como problema de investigação do meu trabalho, a possibilidade de através da Teoria das Representações Sociais, conhecer as concepções e conhecimentos explícitos e implícitos para os adolescentes/alunos da Escola do Ensino Secundário, I ciclo Comandante Augusto Chipenda de Benguela, acerca do crime.

Palavras chave: Delinquência, Representações Sociais, Criminalidade, Teoria, Crime,

Adolescentes, Jovens.

ABSTRACT

The delinquency is a worrying phenomenon, we dare to affirm both at the world, of Africa, at Angola as at Benguela level.

The phenomenon of crime is part of day-to-day Angola, at present, with particular emphasis on the major centers of population concentration in cities as they are focusing on, however, the relationship of this phenomenon with the formation of young people in schools. Every day we are aware of acts against the law that sparked the interest of researchers trying to understand that in order to prevent them and may even extinguish them. To better understand this issue is important to understand the social representations on Crime among Adolescents and Young. The Social Representation Theory as a tool for analysis of the training context, brings significant contributions to understanding the construction and consolidation of concepts shared by individuals belonging to a particular group, making it possible to understand the influence of training in the construction of these representations. On this basis, it stands as a problem of my research work, the possibility of using the Theory of Social Representations, concepts and know the explicit and implicit knowledge for teams students of the School of Secondary Education I cycle, Commander Augusto Chipenda of Benguela, about crime.

Key-words:

Delinquency, Social, representantions, criminality, Theory, Crime, Teenages, Youngs.

CHAVE DAS ABREVIATURAS

NEPAD – Nova Parceria para o desenvolvimento da África;

MARP – Mecanismo Africano de Revisão de Pares;

R.D.C. – República Democrática do Congo;

R.S. – Representações Sociais.

O.N.U. – Organização das Nações Unidas.

PNUD. – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

U.A. – União Africana

C.R.S – Construção das Representações Sociais

T.R.S – Teoria das representações Sociais

R.C – Representações Colectivas

Conteúdo

INTRODUÇÃO	1
I - CRIME, RISCO PSICOSSOCIAL	3
1.1 - O CRIME	4
1.1.1. CONCEITO DE CRIME	4
1.1.2. UNIVERSALIDADE DO ESTUDO DO CRIME	4
1.1.3. REPRESSÃO/ PREVENÇÃO DO CRIME	5
1.1.4. O CRIME E A DIMENSÃO PSICOSSOCIAL.....	6
1.1.5 . A CRIMINALIDADE EM ÁFRICA	8
1.1.6. A CRIMINALIDADE EM ANGOLA	10
1.1.7 . A CRIMINALIDADE EM BENGUELA	12
1.1.8. O ADOLESCENTE E A CRIMINALIDADE	15
1.1.9. A CRIMINALIDADE NOS JOVENS	16
1.1.10. O GÉNERO E A CRIMINALIDADE	19
1.1.11. A CRIMINALIDADE E O MEIO RURAL.....	19
1.1.12. RISCO PSICOSSOCIAL DO CRIME	20
1.2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	21
1.2.1 ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	23
1.2.1.1 Natureza Psicológica das Representações Sociais	23
A Objectivação	23
ANCORAGEM.....	24
1.2.1.2 Natureza Social das Representações.....	26
NATUREZA SOCIAL DAS REPRESENTAÇÕES.....	27
1.2. 2. A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	27
1.2. 3. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	28

1.2.4. IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	29
1.2.5. A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.	29
1.2.6. AS FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.	33
1.2.7. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE CRIME.....	33
1.2.8. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO.....	35
II - PARTE: Estudos empíricos.....	38
1. Objectivos.....	39
2. Processo de investigação	39
2.1 Associação livre e questões abertas	39
2.2 Procedimento.....	40
3 - Estudo 1: representações sociais do crime	40
3.1 - amostra	40
3.2 - resultados	40
4 - Estudo 2: representações sociais das causas, soluções de pessoas associadas ao crime	44
4.1 - amostra	44
4.2 - resultados	44
4.2.1. - Causas do crime	44
4.2.2. Soluções do crime	45
4.2.3 - Pessoas associadas ao crime.....	46
DISCUSSÃO	Error! Bookmark not defined.
CONCLUSÕES.....	47
BIBLIOGRAFIA.....	49

INTRODUÇÃO

Sem lugar de dúvida, a delinquência juvenil é um dos fenómenos sociais mais importantes que nossas sociedades têm enfrentado, e é um dos problemas criminosos internacionalmente preferidos do século passado, pois, as manifestações da conduta que chamam, socialmente, a atenção de forma negativa podem observar-se melhor entre jovens que na população adulta (Almendra, 2009)

A delinquência juvenil é um fenómeno de âmbito mundial, pois se estende dos cantos mais afastados da cidade industrializada até aos subúrbios das grandes cidades, das famílias ricas ou acomodadas até as mais pobres, é um problema que se dá em todas as camadas sociais e em qualquer lugar de nossa civilização. Este fenómeno já não só se manifesta como acções isoladas, também e em processo cada vez de maior crescimento se criam os grupos ou turmas que constituem um fenómeno de insegurança para a vida dos cidadãos (Almendra, 2009).

As actividades criminosas que desenvolvem os jovens, cuja conduta não transcorre por umas causas sociais aceites, nem segue as mesmas pautas de integração que a maioria, não surge repentinamente, se não que forma parte de um processo gradual de socialização desviada que pouco a pouco se vai agravando. Este processo se manifesta mas agudamente na adolescência e a juventude, quando o jovem está mais capacitado para realizar acções por conta própria (Gonçalves Da Silva, 2010).

Uma das razões pela qual os jovens cometem delitos entre a adolescência média e a final é que, nesta época muitos jovens são capazes de aprender a adaptar-se por si mesmo, sem o auxílio do pai ou de tutores (Gonçalves Da Silva, 2010).

Considera-se que a idade em que os jovens cometem feitos puníveis é a partir dos 9 aos 17 anos, respectivamente. Portanto, a idade média em que os jovens são mais propensos a delinquir alcança seu ponto máximo entre os 14 e 16 anos de idade; Pois é um período no qual o adolescente tende particularmente a relacionar-se com os outros meninos de sua idade (FLAH, 2007).

Representação social é um conjunto de conceitos, explicações e afirmações que se originam no quotidiano através de comunicações inter-individuais; contribui para a formação das condutas e a orientação das comunicações sociais. Enfim, representação social pode ser compreendida como a "teoria do senso comum" designando, numa perspectiva ampliada, uma forma de pensamento social (Moscovici, 1978).

O termo representação social engloba os fenómenos presentes no quotidiano dos grupos sociais, tem suas raízes nos conceitos elaborados pelo senso comum, nas interações contínuas e na objectivação realizada por cada grupo e se concretiza num campo específico de conhecimento, a partir dos pressupostos teóricos de Moscovici (1978), no contexto da psicologia social.

O fenómeno delinquência faz parte do dia-a-dia dos angolanos, na actualidade, com particular ênfase nos maiores centros de concentração populacional como são as cidades, focalizando, no entanto, a relação do referido fenómeno com a formação dos jovens nas escolas (Tolosso, 2007).

Todos os dias temos conhecimento de actos contra a lei que despertam o interesse dos investigadores que os tentam compreender, de forma a poderem preveni-los e até mesmo extingui-los. Para melhor compreender esta problemática é importante conhecer as representações sociais sobre o crime entre os adolescentes e jovens, daí a importância deste estudo.

Para que se criem normas efectivas, que realmente protejam o que pretender proteger e reeducar aqueles que as infringiram é necessário que se descubra quais as causas que levaram a isso, tentando evitar que se repita a situação. Somente através dos estudos e pesquisas sobre o criminoso, o crime e as suas causas é que se pode chegar a elaboração de normas, tratamentos e sanções que cumpram com as suas finalidades e que sejam efectivamente aplicadas.

A teoria das representações sociais, enquanto instrumento de análise do contexto da formação, traz contribuições significativas para compreensão da construção e da consolidação dos conceitos compartilhados pelos sujeitos pertencentes a um determinado grupo, possibilitando compreender a influência da formação na construção dessas representações. Com base nisso, levanta-se como **problema de investigação** deste trabalho, a possibilidade de através da teoria das representações sociais, conhecer as concepções e saberes implícitos para os adolescentes alunos da escola do ensino secundário I Ciclo Comandante Augusto Chipenda, de Benguela, Angola, acerca do crime.

I - CRIME, RISCO PSICOSSOCIAL

1.1 - O CRIME.

1.1.1. CONCEITO DE CRIME.

Existem várias definições de crime. Dentre a diversidade das suas definições, salientamos as seguintes:

Crime é um desvio em relação às normas sociais e sua definição pode ser restrita a todos aqueles actos definidos como violação da lei. É a transgressão de um preceito legal. Todo o delito¹ previsto e punido por lei penal (Dicionário Pro de Língua Portuguesa- Porto Editora).

Liszt(1899) afirma que “Crime é o injusto contra o qual o Estado comina² pena e o injusto, quer se trata de delito do direito civil, quer se trate do injusto criminal, isto é, do crime, é a acção culposa e contrária ao direito.”

A doutrina debita à Tibério Deciano, jurisconsulto italiano, a primeira formulação sistemática do delito, em 1590, em que definira o crime como: “facto humano proibido por lei, sob ameaça de pena, para o qual não se apresentava justa causa para a escusa.” (Zaffaroni, 1999).

Ferreira, (1994) entende por crime toda a violação da Lei Penal, delito, facto típico antijurídico e culpável, e qualquer acto que venha provocar a reacção firme da sociedade, acto digno de castigo, acto condenável de consequência desagradável.

Para analisar este fenómeno, não basta entender os conceitos atribuídos as representações sociais e ao crime. É importante compreender o que pensam e vivem as pessoas e em que contexto estes fenómenos se manifestam. A situação de risco social é vista como a condição da pessoa exposta à criminalidade e à uma série de experiências relacionadas à privação de ordem afectiva, física, cultural e estrutural que prejudicam o seu pleno desenvolvimento físico e psicossocial.

Estudos vêm surgindo em torno do fenómeno, na tentativa de colocar a teoria ao auxílio da prática, de prevenção e combate à criminalidade. Houve sempre, discussões e pesquisas de ordem científica, cultural, ética, filosófica, jurídica, política ou social (Assis, 1999; Bingemer & Bartholo, 1996; Milani, 2000).

1.1.2. UNIVERSALIDADE DO ESTUDO DO CRIME

O estudo de crimes e do desvio não se restringe só à ciência do Direito. Existem outras áreas como a Economia, a Psicologia e a Sociologia que lidam com esse fenómeno. O crime, é objecto de análise da Sociologia desde Durkheim, quando foi

¹ Delito – é a acção ou omissão penalizada pela lei. O conceito este submetido ao princípio da legalidade. De uma perspectiva técnica, delito é definido como acção ou omissão típica, antijurídica, culpável e sujeita ao castigo da lei (Enciclopédia Encarta, 2001).

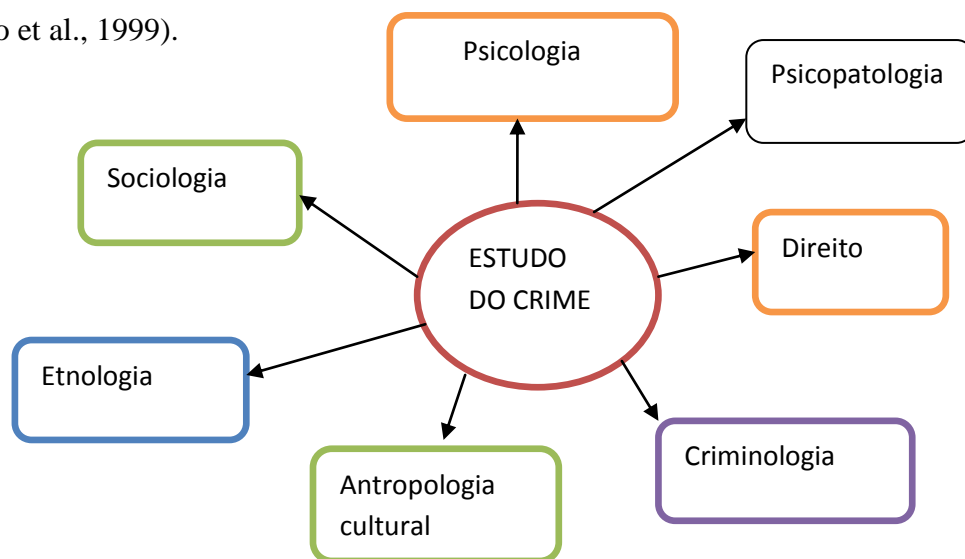
² Cominar – condenar, castigar

tratado como um fenómeno social “normal” e necessário por ele. De acordo com sua visão positivista, o crime é parte da natureza humana por que existiu em todas épocas, em todas as classes sociais e em todas as civilizações. Para ele o crime é normal por que é virtualmente impossível imaginar uma sociedade na qual o comportamento criminoso seja totalmente ausente, isto é, uma sociedade onde não exista criminalidade. (Durkheim, 1995).

Por isso, o crime assume um carácter universal.

Ela, a criminalidade, muda de forma e os actos dela decorrentes não são os mesmos universalmente. Sempre e em toda parte haverá acções qualificadas como crime por que sempre existirão actos que irão ferir sentimentos colectivos “dotados de uma energia e de uma clareza particulares” (Durkheim, 1995).

A Sociologia Criminal, de Eurico Ferri, e a Criminologia, de Garofalo, logo depois, deram prosseguimento aos passos exordiais de Lombroso e firmaram como um fundamento da responsabilização penal o fato de que o delinquente vivera em sociedade (Galvão et al., 1999).



Esquema nº 1. Este esquema representa a universalidade do estudo do crime. Ou seja as áreas científicas que intervêm no estudo do crime.

1.1.3. REPRESSÃO/ PREVENÇÃO DO CRIME

Como forma de reprimir o crime, sempre foram impostas leis que definiram as respectivas limitações e proibições; a pena tinha sido o meio usado pelas autoridades em nome do Estado para a impor contra àqueles que cometessem um delito. Na Antiguidade podem ser citadas, como exemplo, as Leis das XII Tábuas, na Tábua 2, no

artigo 6º que dizia: “Se o ladrão durante o dia defender-se com arma, que a vítima peça socorro com altas vozes e se, depois disso, matar o ladrão, que fique impune”(Prado, 2004).

O Código de Hamurabi, no artigo 6º que dizia: “Se alguém furta bens do Deus ou da Corte deverá ser morto; e mais, quem recebeu dele a coisa furtada também deverá ser morto.” (Prado, 2004).

Como antítese ao exposto anteriormente e idealizando a finalidade de buscar meios de prevenir o crime, Cesare Beccaria na sua obra “Dos delitos e das penas”, afirma : “É preferível prevenir os delitos a ter de puni-los; e todo legislador sábio deve antes procurar impedir o mal que recuperá-lo. Pois uma boa legislação não é mais do que a arte de proporcionar aos homens a maior soma de bem-estar possível e livrá-los de todos os pesares que se lhes possam causar, conforme o cálculo dos bens e dos males desta existência. Contudo, os processos até hoje utilizados são geralmente insuficientes e contrários à finalidade que se propõem” (Beccaria, 1764).

Logo, a partir do momento em que alguém pratica uma conduta tipificada como crime, e não haja nenhuma excludente de ilicitude e nenhuma dirimente da culpabilidade, essa pessoa será considerada criminosa.

No entanto, fazendo uma pequena digressão, a respeito do sujeito activo criminoso, Lombroso (2007), na Itália, por meio de seus estudos, deu início a um movimento científico que considera criminoso um ser humano atávico, e a Antropologia Criminal foi responsável pelas modificações de referenciais quanto à análise do delito.

Entretanto, da realidade que nos cerca, a certeza que se tem é de que as medidas que têm sido tomadas em torno da questão não têm sido propícias; resultado que deveria exigir do Governo leis severas e firmes, que fossem seriamente estudadas, com vista a que a justiça, a liberdade e a paz fossem direito do cidadão, tivessem mais valor que pudessem ser o seu dia-a-dia, em qualquer espaço de convívio social.

1.1.4. O CRIME E A DIMENSÃO PSICOSSOCIAL

Por ser um fenómeno que envolve dimensões psicossocial, inserido num contexto bastante complexo, o crime, mostra-se um campo de pesquisa que requerer cuidados e um estudo da sua génese para a compreensão profunda, uma vez que a definição, a circunstância e a dimensão que o envolve são muito complexas.

Compreender as representações sociais do crime na perspectiva do adolescente em situação de risco psicossocial implica conhecer as informações e impressões que têm sobre o crime, através da família, da escola, da comunidade e de diversos grupos sociais onde está inserido e identificar o contexto em que essas representações se enquadram bem como as atitudes de valores que orientam as suas acções em relação ao objecto desta pesquisa. Ainda, é necessário, avaliar o teor das informações, uma vez que ao se tratar do crime, informações equivocadas ou distorcidas podem estar na base de acções e atitudes violentas, inadequadas e inaceitáveis, para uma vida social mais pacífica (Placco, 2002).

A teoria das representações sociais desenvolvida por Moscovici (1978), a partir do redimensionamento do conceito de representações colectivas de Durkheim, foi escolhida neste estudo como referência fundamental para a compreensão dos adolescentes em situação de risco psicossocial, atinente ao crime.

Quanto aos fundamentos de Moscovici (1984), a representação social é conhecimento socialmente construído e partilhado nas interações em grupo. A lógica que constitui esse conhecimento vai para além da razão formal, o que se liga, directamente, ao facto em si.

O campo psicossocial que organiza as construções mentais só pode ser conhecido e compreendido sob a luz do contexto que o produz e das funções que ocupa nas interações sociais (Jodelet, 2001).

O crime torna-se objecto de representação social, porque se configura por meio dos conhecimentos adquiridos e partilhados, socialmente, pelos adolescentes no seu contexto de vida.

A teoria da representação social, além da necessidade de contextualização dos seus conhecimentos torna-se mais desafiador por ser uma teoria ainda em construção, por isso, susceptível de limitações e preocupações (Sá, 1998).

Na nossa investigação, procuramos analisar o papel exercido pelas representações sociais de crime na perspectiva de adolescentes em situação de risco psicossocial tomarem consciência a partir do conhecimento de suas atitudes, conceitos, informações sobre este fenómeno, das razões que os levaram em situação de risco no que diz respeito à determinadas concepções do crime, bem como das relações interpessoais por eles vivenciados: na família, na escola, nos ambientes de lazer e em tudo que faz parte do seu contexto sócio – cultural.

A teoria das representações sociais, aliada aos referenciais teóricos do crime, vem auxiliar a compreensão desse conhecimento, dando-lhe sentido e direcção.

O presente estudo, centra-se na possibilidade de através das representações sociais procurar-se saber o que as pessoas pensam sobre o crime (Moscovici 1976).

Doise (1986), pretende saber, junto das pessoas que cometem o crime, como é compreendido e explicado.

Este trabalho procura compreender os fenómenos sociais atinentes ao crime que afectaram nossas sociedades desde os séculos passados até aos nossos dias. Pois a conduta humana bem como o crime chamaram sempre atenção e constituíram preocupação permanente das sociedades e civilizações ao longo dos tempos.

Assim, olhemos um pouco para a criminalidade em África, em Angola e em Benguela.

1.1.5 . A CRIMINALIDADE EM ÁFRICA.

Um estudo sobre África remete ao subdesenvolvimento crónico, sem melhorias relativas para os países que ali estão. Tal reflexão faz urgir a necessidade de bases para sustentá-la, que possa tornar mais clara a situação deste continente de enorme diversidade biológica e sócio-cultural, rico em vários aspectos, como em recursos naturais e culturais; porém, com grande fragilidade em instituições democráticas (Brito, 2010).

Sem considerar a conflituosidade que percorreu o continente, precedendo o desmantelamento dos impérios coloniais, é um facto que, na sequência das independências políticas e até hoje, num espaço de quase meio século, a maior parte dos países africanos tem conhecido, ao longo do tempo (e em particular, no período pós Guerra Fria), situações dolorosas, mais ou menos prolongadas, mais ou menos recorrentes, de tensão e turbulência política e social (movimentos de contestação popular, golpes militares, guerras civis, rebeliões de grupos mais ou menos organizados que ora estabilizam ora desencadeiam hostilidades no âmbito da luta de guerrilha...), por vezes culminando em massacres e confrontos de grande violência (Medeiros, 2010); resvalando para crimes de lesa a Pátria.

Bouquet (2008) menciona que dos 35 conflitos violentos identificados no mundo, 13 se situavam em África; também na mesma data, cerca de 70% das decisões da ONU e do Conselho de Segurança diziam respeito ao continente... Esta realidade,

largamente mediatizada, foi e continua a ser um dos aspectos que, em conjunto com outros, tais como pobreza, fome, expansão da infecção pelo vírus HIV/Sida, catástrofes naturais, confere maior visibilidade às “Áfricas” e aos africanos, difundindo e alimentando uma visão catastrófica, redutora e afro pessimista.

Embora nos últimos anos se tenham reduzido o número de ocorrências e registado alguns progressos em matéria de resolução e de alcance da paz (não obstante persistirem situações de conflito endémico, como ainda se verifica na República Democrática do Congo (RDC), as suas consequências cumuladas são incalculáveis, dramáticas e devastadoras. A violência provoca milhares de vítimas, directas e indirectas: estimou-se, por exemplo, que, naquele país, a guerra civil desencadeada no leste, em Outubro de 1996, dizimou cerca de 7% da população; na do Ruanda quase 1 milhão (PNUD, 2005) .

Mas também gera pobreza, abandono de terras, de animais, de culturas, problemas alimentares, fome, aspectos que se espelham a uma escala bem mais ampla do que a do local do confronto, minando as reais possibilidades de progresso sócio económico das populações. Destroem-se habitações, infra-estruturas, equipamentos, desestruturam-se famílias, perdem-se laços de coesão e relações de confiança, há milhões de deslocados, populações em fuga, traumatizadas por rapto e recrutamento forçado de crianças e de mulheres. Pode afirmar-se que os conflitos violentos exacerbam as condições que à partida os podem ter provocado, criando uma espécie de armadilha de que é difícil escapar, um ciclo vicioso de destruição e empobrecimento que, por sua vez, alimenta mais violência e crime (Medeiros, 2010).

Muitos dos desafios em África não são especificamente africanos, mas sim, problemas globais: terrorismo, crime organizado, tráfico de pessoas e migração ilegal, corrupção, ameaças ao meio ambiente e a mudança climática.

Na actualidade, a África é um continente em transformação. Abrem-se novas oportunidades, mas também surgem novos desafios que se acumulam aos anteriores. Com a criação da União Africana [U.A.], do Tribunal Africano dos Direitos Humanos, com a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África [NEPAD] e a introdução do Mecanismo Africano de Revisão de Pares [MARP], políticos africanos demonstraram a sua determinação de procurar soluções próprias para os problemas do seu continente e dos seus países, optando pela via de reformas políticas e

económicas, evitando, assim, crimes que são produto de conflitos bélicos, de pobreza e de injustiças sociais.

Os cidadãos dos países africanos exigem o Estado de direito, a democracia e uma boa governação (Medeiros, 2010).

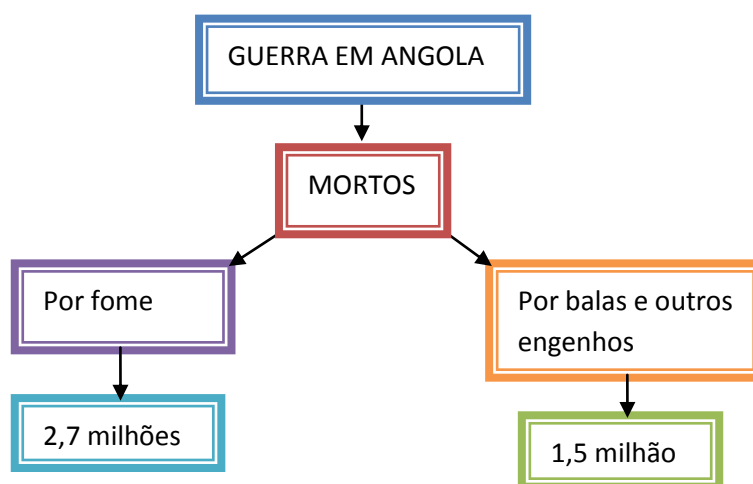
1.1.6. A CRIMINALIDADE EM ANGOLA.

A história de Angola faz mostrar o quanto potências de diferentes épocas contribuíram para o subdesenvolvimento crônico. Foi palco de jogos político-económicos de potências mundiais durante o período das colonizações europeias também durante a Guerra Fria. Essas são as raízes deste subdesenvolvimento, que suscitam questões a serem discutidas (Brito, 2010).

Tais independências tiveram alto custo, segundo Arnaut & Lopes (2008): “De um lado representou o gasto de enorme soma de recursos; de outro, provocou uma imensa quantidade de mortes e de sequelas físicas, morais, sociais e familiares para os habitantes das colónias. E, por último, substituiu a política, a livre circulação de opiniões, por uma lógica militar onde impera a ordem e a hierarquia. Esta militarização da política explica a distinção que gozava a figura do guerrilheiro no imaginário africano, no qual o uniforme e a metralhadora constituíam distintivos honoríficos”. (Lopes et al., 2008).

Angola conheceu uma das guerras mais longas e violentas da história da humanidade. Primeiro, a Guerra Colonial que durou cerca de 14 anos, depois a guerra civil que durou 27 anos e que esperamos ter terminado com os acordos de 4 de Abril de 2002. A guerra é um dos acontecimentos mais traumatizantes, mais criminosos na medida em que costuma provocar a morte de um grande número de pessoas; é uma ameaça grave à vida e à sobrevivência humana. As vítimas de um conflito armado perdem familiares, amigos, haveres pessoais, muitas vezes têm de deixar a região onde vivem para irem para outra mais segura. Muitas pessoas morreram vítimas directas ou indirectas da guerra.

Dados recentes apontam para 2,7 milhões de angolanos que morreram de fome durante o conflito armado e 1,5 milhões de angolanos mortos pelas balas ou outros engenhos mortíferos (Ventura, 2003).



Esquema 2 – Este esquema apresenta os prejuízos provocados pela guerra em Angola a nível humano.

Padre António Vieira (Séc. XV) afirmava que a guerra é um monstro que quando mais consome menos se farta.

Muitos desmobilizados sofrem, até hoje, consequências da guerra do ponto de vista físico e /ou psicológico. Alguns adquiriram perturbações mentais graves, que podem ir desde o PTSD (Post-Traumatic Stress Disorder) até ao desajustamento social e à violência.

É difícil restaurar a paz em sociedades onde existe uma abundância de armas. E os crimes somam e seguem. Em países onde a guerra durou muitos anos, como é o caso de Angola, as oportunidades geradoras de rendimentos são escassas e a miséria é uma constante. Por isso, quando as armas se encontram disponíveis, há a tentação das pessoas procurarem sustento através do crime e do banditismo. Também a abundância de armas com civis facilita as vinganças políticas, familiares e pessoais. Para além de representar uma ameaça à segurança das pessoas, este tipo de violência prejudica o processo de reconstrução e reconciliação nacional. Por outro lado, ainda temos a considerar a existência de minas e bombas, granadas por explodir que, a qualquer momento podem provocar vítimas em tempo de paz. Esta instabilidade impede, nalgumas áreas, as populações deslocadas de se reinstalarem e reiniciarem uma vida produtiva. Actualmente, tem-se feito um esforço para desarmar a população e os desmobilizados para se evitarem mais crimes. (Ventura, 2003).

O incremento da violência em Angola deve ser estudado no contexto das consequências da guerra e na construção da paz. Temos milhares de deslocados, sem moradias ou com instalações precárias, em musseques, com segurança limitada, sem lugares nas escolas, condições hospitalares precárias, sem emprego e juventude sem

horizonte temporal, com propensão à criminalidade, à droga e à prostituição (Ventura, 2003).

Por outro lado, Angola saiu duma economia planificada para uma economia de mercado selvagem, subordinada exclusivamente ao facturamento e ao lucro e não à produção. O resultado é a falta de engajamento social com agressividade criativa para atender às frustrações oriundas dos grandes problemas sociais que nos afligem (Ventura, 2003).

Tudo isto trouxe como consequência um acentuado incremento da criminalidade no país o que originou, de algum modo, que as cadeias recebessem reclusos em quantidade superior à sua capacidade (Ventura, 2003). Pondo os reclusos numa situação infra- humana.

1.1.7 . A CRIMINALIDADE EM BENGUELA.

Entretanto, a própria situação de conflito armado que o país atravessou, o incremento das aglomerações urbanas e da pobreza, o número de meninos adolescentes e jovens que cometem delitos, como actos de violência, roubos, furtos entre outros aumentou. Isto não acontece só nas grandes cidades, como na Capital, mas também nas cidades provinciais, mormente em Benguela. Benguela vira crescer este fenómeno. No entanto, não existem instituições adequadas que tenham como tarefa a reeducação, tão pouco as escolas têm estratégias adequadas que conduzam à erradicação e/ou prevenção deste fenómeno (Frometa, 2006).

1.1.7.1. FACTORES QUE INTERVÊM NO AUMENTO DA CRIMINALIDADE EM BENGUELA.

Um estudo sobre factores que intervêm no aumento da criminalidade no seio da juventude no município de Benguela conduziu-nos a concluir que a juventude do município de Benguela comete crimes de natureza diversa por:

- Crise económica, com as suas consequências de inflação e desemprego, uma crise radical dos valores éticos;
- Desagregação das famílias;
- Solicitações de uma sociedade voltada para o consumo e para o prazer imediato;
- Más companhias;

- Desinteresse dos pais para com os filhos, provocando carência de toda a ordem;
- Desemprego gritante;
- Falta de escolaridade;
- Superpovoamento de algumas casas;
- Falta de acompanhamento dos pais;
- Divórcio.

Tudo isso contribui para a gênese e desenvolvimento da criminalidade.

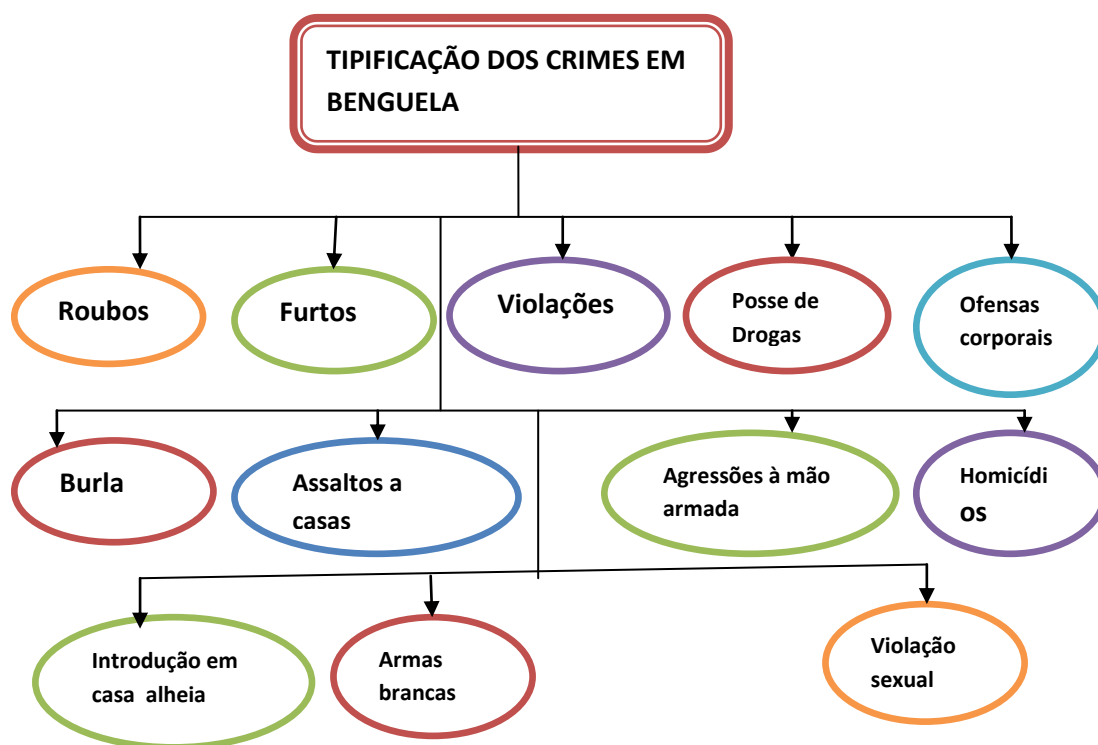
Acresce-se a ausência ou escassez de especialistas em Psicologia, Pedagogia, Sociologia, que contribui para a não reeducação e orientação adequadas dos jovens, acabando por pararem nas prisões.

A insuficiência de instituições sociais que possam velar pela educação dos ex-jovens reclusos é também um dos factores a apontar como uma das causas do aumento da delinquência juvenil nesta urbe benguelense.

1.1.7.2. TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES EM BENGUELA

Os crimes mais relevantes, na Província de Benguela são:

- Roubos; Furtos; Violação; Uso e posse de estupefacientes; ofensas corporais; Burla; Assaltos a casas; Agressões à mão- armada; Homicídios (Voluntários); Introdução em casa alheia; Utilização de armas brancas; Violência sexual (Tolosso, 2007)



Esquema 7 – Este esquema apresenta a tipificação dos crimes em Benguela.

1.1.7.3. PREVENÇÃO DO CRIME EM BENGUELA

De tudo quanto dissemos, resulta inegável o papel importantíssimo que a sociedade no seu todo joga, sobre a educação e reeducação dos jovens e os jovens reclusos, respectivamente. Sendo a família a primeira célula da sociedade onde o indivíduo nasce e cresce, tem o dever de legar à nova geração uma educação equilibrada, conducente ao equilíbrio social. Porém, a família deve ser lugar de encontro de várias gerações que reciprocamente se ajudam para o alcance de conhecimentos e outras exigências positivas da vida social (Frometa, 2006; Tolosso, 2007).

Há toda a necessidade de buscarem mecanismos de reintegração social adequada à nossa realidade, e conseguirem-se programas de apoio social, bem como formação profissional dos jovens não enquadrados no sistema educativo ou no trabalho, de forma a evitar o aumento da violência e da criminalidade no nosso país, mormente na nossa Província de Benguela.

A prevenção de delinquência e o crime desde as escolas é uma tarefa importante do sistema educativo angolano. É esta uma das tarefas que deve estar presente nos projectos educativos da instituição escolar. (Frometa, 2006; Tolosso, 2007).

Para a prevenção da delinquência juvenil e para a existência de uma sociedade equilibrada é importante a contribuição do professor, de qualquer Instituição Escolar e das Igrejas existentes na Província.

1.1.8. O ADOLESCENTE E A CRIMINALIDADE

O adolescente atravessa uma etapa difícil de auto-afirmação

A criminalidade envolvendo jovem em idade escolar encontra-se estampada nas manchetes de jornais e revistas, nas notícias dos telejornais, nos assuntos de conversa que gera preocupação e mobilização da sociedade; é objecto de debate de especialistas de várias áreas do saber, buscando explicações e soluções para o enfrentamento do problema. Infelizmente, a criminalidade está cada vez mais presente e próxima à vida do jovem, influencia as suas atitudes, interfere na sua programação social e na rotina do seu dia a dia.

O que acontece com algumas crianças e com alguns adolescentes em relação à criminalidade é decorrente de toda espécie de uso e abuso a que são submetidos, pelos adultos que pertencem às redes de recepção de objectos roubados e de policiais corruptos. (Zaluar, 1996).

Entretanto a maior parte dessas crianças e adolescentes trabalham nas ruas e permanece fora das actividades criminosas, mesmo que em posição vulnerável à influência dos grupos organizados de criminosos. Ficam isentos de práticas criminosas. São muito poucos que terminam envolvidos nas quadrilhas de ladrões e traficantes.

Outro aspecto a ser destacado é o facto de crianças e adolescentes pobres não terem acesso à escolaridade, devido a um ténue crescimento da rede escolar a nível do País.

A falta de escolaridade, a nível das cidades das capitais provinciais associada ao desemprego, o baixo salário dos pais ou sua inexistência, isto tudo faz com que o jovem tenha a criminalidade como "emprego". E em Benguela cerca de 70 % de jovens estão desempregados.

O analfabetismo e/ou baixa escolarização das crianças e adolescentes, sobretudo da área suburbana, conduzem a que os pais as utilizem para conseguirem a sua sobrevivência nas ruas e, muitas vezes, de forma violenta.

Para erradicar ou diminuir a criminalidade, urge a necessidade de uma urbanização acelerada para que todos tenham habitação, aumento do leque de escolas,

surgimento de mais empregos, profissionalização dos jovens, melhoria salarial, satisfação das necessidades básicas da população.

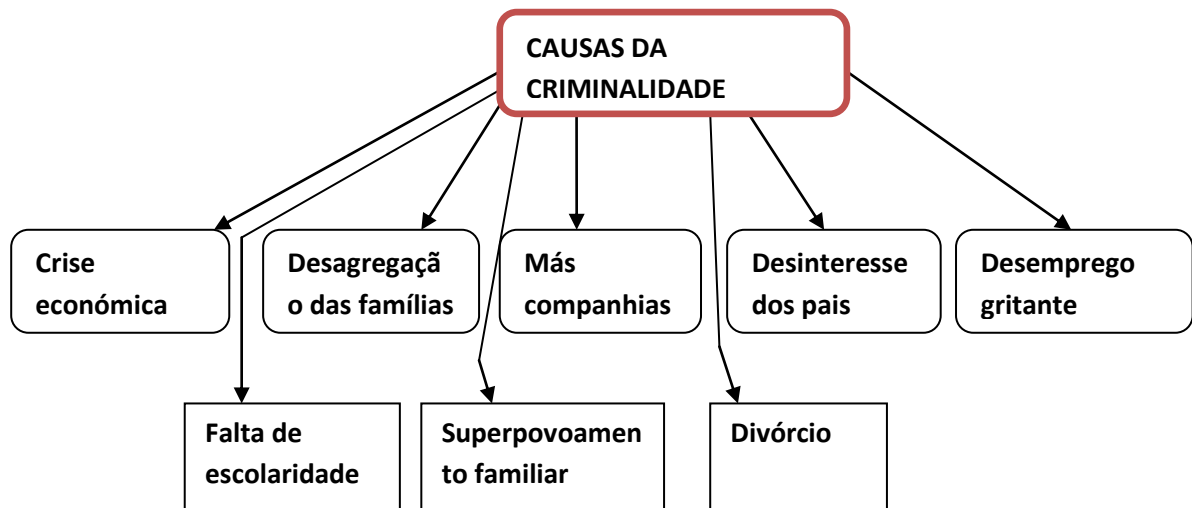
Uma das razões pelas quais o adolescente comete delitos, consiste na sua auto-afirmação e na capacidade de aprender adaptar-se sem o auxílio dos pais ou tutores (Garrido, 2005). Portanto, os efeitos da pobreza, do desemprego, da baixa escolaridade ou sua ausência, de baixos salários, de condições económicas precárias, contribuem para a formação de quadrilhas de delinquentes que buscam sobrevivência através do crime organizado, da corrupção, de assaltos, roubos, assaltos à mão armada, violações...

1.1.9. A CRIMINALIDADE NOS JOVENS.

Existe uma percepção de que os índices de violência têm crescido nos últimos anos, principalmente nas grandes cidades. As estatísticas indicam elevadas taxas de criminalidade, o que tem provocado um sentimento crescente de medo. Os Mídias angolanas noticiam quase sempre crimes e violência. E nota-se que quase que atingem todas as classes sociais

A criminalidade nos jovens é também um problema da sociedade. Uma sociedade que se desatente dos adolescentes, descuidando a atenção mínima de suas necessidades essenciais; que não lhes desenha as infra-estruturas requeridas para a canalização positiva de suas energias e potencialidades; mas que rápida e veloz, lança-se a inculpá-los, sancioná-los ainda com a pena capital se fosse possível, essa sociedade tem problemas de equilíbrio e com um futuro comprometido (Almendra, 2009).

Os estudos de orientação sociológica, demonstram que as evoluções ocorridas, sobretudo as profundas transformações na família (ao nível da distribuição dos papéis parentais) fizeram-se sentir especialmente nos meios urbanos dos países industrializados (Machado, 2010; Tolosso, 2007).



Esquema nº 3.

O Esquema nº3 Ilustra-nos as causas principais da criminalidade na Província de Benguela.

Em Angola, mormente, em Benguela há necessidade permanente de Educação dos pais para perceberem que são o garante do equilíbrio da sociedade através do equilíbrio que conferem aos filhos. Os pais têm pouca vinculação com os filhos. Nota-se que não dedicam tempo suficiente de contacto com os mesmos. Muitos não se apercebem que têm um papel preponderante ao longo de todo o percurso do desenvolvimento do indivíduo através do seu contacto permanente com os filhos ou indivíduos sob sua tutela.

Por outro lado, a sociedade excessiva e o perfeccionismo dos pais exigindo que o adolescente seja perfeito à força, faz nascer a rebeldia, danificando-o. Assim, surgem vítimas das disciplinas fria brutal dos pais que procuram libertar-se de toda tutela, surgindo um comportamento desviante (Rosa, 2003).

Assim, Tolosso (2007) afirma que a família tem necessidade de se reequacionar em face de questões como:

- A necessidade de mobilidade geográfica do meio rural para o urbano;
- A imigração;

- O acesso da mulher ao mercado de trabalho;
- A maior liberdade sexual e a formação de novos tipos de família.

Os pais na sua tarefa de paternidade devem ter em conta a importância da vinculação com os seus filhos para garantirem um equilíbrio afectivo futuro.

Durante a infância e adolescência, a família e a escola são os dois contextos de desenvolvimento privilegiados. São também dois determinantes em que é possível provocar mudanças de modo a potenciar efeitos positivos e minimizar efeitos negativos no processo de desenvolvimento do adolescente (Barros, Pereira & Goes, 2008).

A miscigenação de costumes que ocorre em Angola, a vida frenética dos angolanos, a deslocação de algumas famílias para as cidades, o abandonar a vida natural das aldeias, elevado índice de desemprego, a pobreza galopante tornam as famílias angolanas bastante vulneráveis no que concerne aos cuidados primários da criança.

Assim, Tolosso (2007) enfatiza que apesar da mistura e a liberalização dos costumes e culturas, poder trazer aspectos positivos para o modelo sistémico familiar o que também pode transmitir valores sociais, culturais e familiares que pode desestruturar a cultura familiar original o que pode conduzir a desestabilização dos valores e papéis parentais no modelo sistémico familiar.

As actividades criminosas que desenvolvem os jovens, resultantes de conduta socialmente não aceite, e que nem segue as exigências de integração social, não surge repentinamente; é parte de um processo gradual de socialização desviada que pouco a pouco se vai agravando. Este processo manifesta-se mais agudamente na adolescência e na juventude, quando o jovem está mais capacitado para realizar acções por conta própria (Silva, 2010).

Uma das razões pelas quais o adolescente comete delitos, consiste na sua auto-afirmação e na capacidade de aprender adaptar-se sem o auxílio dos pais ou tutores.

Portanto, a idade em que os adolescentes são mais propensos a delinquir alcança seu ponto máximo entre os 14 e 16 anos. Pois é um período no qual o adolescente tende, particularmente, relacionar-se com os outros de sua etapa etária (Garrido, 2005).

1.1.10. O GÉNERO E A CRIMINALIDADE

Existe maior número de jovens, e uma diferença em função do tipo e da gravidade de delitos cometidos.

Nas jovens são mais frequentes os furtos menores e a prostituição, enquanto que abunda entre os jovens a agressão física, os roubos, a alteração da ordem, etc (Rosa, 2003).

Os menores de 14 anos dirigem a maioria de seus actos delictivos contra a propriedade. No final da adolescência, o crime afecta com mais frequência as pessoas;

1.1.11. A CRIMINALIDADE E O MEIO RURAL

No nosso País e mesmo na Província de Benguela, a criminalidade é mais acentuada no meio urbano e suburbano. Não se registam focos de criminalidade acentuada no meio rural, porque aí respeitam rigorosamente o uso e costumes, levam uma vida natural, todos fazem alguma coisa, satisfazem minimamente as suas necessidades básicas e todos se controlam.

No meio urbano e suburbano, há mais criminalidade pela pobreza acentuada, desemprego galopante, falta ou baixa escolaridade, destabilização das famílias, violência doméstica.

No meio rural, os actos são, na sua maioria, individuais, contrariamente ao que não acontece nos meios urbanos. Nos centros urbanos, os jovens organizam-se em grupos e cada elemento actua em função do grupo representando-o.

Assim, Garrido, 2005, afirma que estes actos, levam-nos a considerar as limitações de educação como causa essencial delitivo de adolescentes e jovens.

Unido a todo o analisado, a maioria dos estudos descritivos da carreira delitiva, assinalam uma série de factores individuais e biográficos que caracterizam o delinquente juvenil e que levam a conclusão de que o delinquente juvenil é uma pessoa com um grande conjunto de deficiências, e uma delas é que comete delitos (De la Rosa, 2003; Izquierdo Moreno, 2003; Velazco, 2002). Entre tais factores podemos citar, sem ânimo exaustivo, os seguintes:

- Impulsivo.
- Fracasso escolar.
- Consumidor de drogas.

- Baixa auto estima.
- Família desestruturada.
- Classe baixa.
- Falta de afectividade.
- Agressivo.
- Sem habilidades sociais.
- Pouco equilíbrio emocional.
- Inadaptado.
- Frustrado.

O trecho acima colocado é bem esclarecedor e reflecte, em certa medida, o fenómeno delinquência juvenil, muito embora na sociedade angolana, hoje, com todo o rasto de implicações para o todo nacional e, em particular à escola.

1.1.12. RISCO PSICOSSOCIAL DO CRIME

A condição de crianças, adolescentes e jovens exposto a criminalidade é vista como situação de risco psicossocial e a uma série de experiência relacionadas a privações de ordem afectiva, física, estrutural e sócio económica, devido a circunstâncias física, que prejudicam o seu pleno desenvolvimento bio-psico-social. Formas de intervenção na realidade de vida da população em situação de risco são cada vez mais enfrentadas ao se buscar desafios, devido às precárias condições de vida e de extrema exclusão sociais, em que os direitos assegurados pelo estatuto da criança e do adolescente ainda não são totalmente respeitados. A situação de risco psicossocial em que vivem os adolescentes e jovens se agrava ainda mais, porque junto as grandes carências e necessidades que enfrentam com suas condições de vida, surgem as dificuldades de acesso ao serviço público de assistência social, assistência à saúde, física e psicológica.

A análise de risco psicossocial segundo Caliman (1998) implica em reconhecer e reflectir sobre diversos factores, provenientes da frustração da necessidade humana, interferem na condição de vida das pessoas. Sendo assim o risco psicossocial pode ser analisado por três perspectivas sociológicas: Psicossocial empírica; a sistémica e a relacional.

O risco social entende-se como uma acção espontânea e voluntária, procurada pelo indivíduo, os comportamentos de risco voluntário se distinguem dos riscos

impostos pelas condições estruturais, de nível macrossocial, visto que o sujeitos em situação de risco se encontram diante da conjuntura de necessidades básicas vindas de um contexto de pobreza e miséria por vezes, e não movidos por motivações relacionadas a opções de risco voluntárias. Estas situações (pobreza e miséria) impõem os riscos pela sua própria condição estrutura e não pela vontade pessoal.

A sistémica trata o risco como resultado ou produto das decisões tomadas pelo sujeito para sobreviver na sociedade moderna. Neste trata-se de um estilo de vida como exige reflexões e decisões constantes.

A perspectiva relacional é uma situação de desequilíbrio entre o sistema, que não conseguem oferecer os recursos apropriados e as aspirações e necessidades do sujeito visto que aborda o risco enquanto o resultado de uma relação inadequada entre desafios e recursos em sistema relacional complexo.

Pode-se considerar o conceito de risco como necessidade e a falta de paz ou harmonia entre os desafios do mundo e os recursos disponíveis para responder a esses desafios, em que são negadas as oportunidade e frustradas as necessidades principais.

Em suma, o risco não deve ser considerado equilibrado, deve ser pensado sempre como processo, e não variável em si, a ser considerado pelas suas implicações das relações e em seus resultados específicos. Na medida em que ocorre transformações, nas circunstâncias de vida o risco pode mudar, passando o indivíduo a ter mais possibilidades de se enfrentar ou encarar com novos riscos, desenvolver novas qualidades e de possuir novas oportunidades de desenvolver recusas ou resiliência Poletto e Koller, 2006.

1.2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Num trabalho como este é importante tornar evidente a importância das representações sociais, pois explicam os fenómenos do homem tanto a nível individual como colectivo. As representações sociais são tão antigas como o próprio homem. Mas a sua primeira base teórica apenas surgiu no século XX, precisamente, em 1961 com Serge Moscovici, através da sua obra: *A Psicanálise, sua Imagem e seu Público*.

Assim, Moscovici (1961) define as representações como um conjunto de explicações, crenças e ideias que nos permitem evocar um dado acontecimento, pessoa ou objecto. Estas representações são resultantes da interacção social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos.

Jodelet (1990) dá o conceito de representações sociais como uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. De uma forma mais ampla ele designa uma forma de pensamento social; e acrescenta que as representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. E que elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica.

A marca social dos conteúdos ou dos processos se refere às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam e as funções que elas servem na intenção do sujeito com o mundo e com os outros (JODELET,1990).

As representações sociais têm como uma das suas grandes finalidades tornar familiar algo não-familiar, isto é, uma alternativa de classificação. Categorização e nomeação de novos acontecimentos e ideias, com as quais não tínhamos contacto anteriormente; assim possibilita a compreensão e manipulação destes a partir de ideias, valores e teorias já e preexistentes e interiorizadas por nós e amplamente aceites pela sociedade.

Assim, Moscovici (2007) enfatiza que as representações que nós fabricamos numa teoria científica, de uma nação, de um objecto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar o real em algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos no nosso mundo mental e físico, que é com isso enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, aparece ao nosso alcance; o que era abstracto torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não-usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados.

As representações sociais influenciam os relacionamentos humanos, isto é, na forma como o ser humano se percebe no mundo e com o outro; o que era certo para a geração anterior para a actual já não é; as RS enriquecem e transformam os nossos esquemas cognitivos anteriores no que for possível e aceitável à nossa idiossincrasia; como

também ajudam a adaptá-la aos nossos antigos esquemas cognitivos, na busca de manter o nosso mundo estável e seguro.

Moscovici (2007) afirma que a dinâmica de familiarização, onde as pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas (...) a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a realidade.

1.2.1 ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais estruturam-se em:

- Natureza psicológica
- Natureza Social

1.2.1.1 Natureza Psicológica das Representações Sociais

A natureza psicológica das representações têm origem em dois processos: a objectivação e a ancoragem.

A Objectivação

A **objectivação** é a passagem de conceitos ou ideias para esquemas ou imagens concretas os quais, pela generalidade de seu emprego, se transformam em “supostos reflexos do real” (Moscovici, 2007).

Jodelet (1990) define a objectivação como uma operação imaginante estruturante que dá corpo aos esquemas conceituais, reabsorvendo o excesso de significações, procedimentos necessários ao fluxo das comunicações.

A objectivação une a ideia do não-familiar com a realidade vivenciada. Ambas agem como geradores das RS e se tornam processos significantes, fornecendo concretude às RS. Moscovici afirma que As RS emergem, não apenas como um modo de compreender um objecto particular, mas também como uma forma em que o sujeito, individual ou

grupo, adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico (Moscovici, 2007).

Segundo Santos (2005), a objectivação implica em três movimentos: a selecção e a descontextualização, em que “os sujeitos retiram dos objectos algumas informações a partir de conhecimentos anteriores, valores culturais ou religiosos, tradição cultural, experiência prévia” (Santos, 2005); a formação de um núcleo figurativo; e a naturalização dos elementos na qual “os elementos que foram construídos socialmente passam a ser identificados como elementos da realidade do objecto” (Santos, 2005), rede de significações em torno do objecto, relacionando-o com valores e práticas sociais (Moscovici, 2007).

ANCORAGEM

A **ancoragem** é a constituição de uma rede de significações em torno do objecto relacionando-o com valores e práticas sociais (Moscovici, 1961).

Jodelet (1990) ao retomar o conceito de ancoragem, procura mostrar que a intervenção do social se traduz na significação e na utilidade que são conferidas à representação.

Ao analisar a ancoragem como atribuição de sentido, afirma que a hierarquia de valores prevalente na sociedade e nos seus diferentes grupos contribui para criar em torno do objecto uma rede de significações na qual ele é inserido e avaliado como facto social.

Quanto à importância que atribui à representação no processo de ancoragem, Jodelet (1990) afirma que os elementos da representação não apenas exprimem relações sociais, mas contribuem para construí-las.

É no curso da transformação do senso comum que a ancoragem pode ser definida como um “[...] processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, no nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (Moscovici, 2007). Ou seja, coisas que não são classificadas e não possuem nome são estranhas, às vezes não existentes e ameaçadoras, em relação às quais experimentamos resistência e distanciamento.

Sendo assim, ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa, o imaginado e o representando. Categorizar alguma coisa ou alguém significa escolher um dos paradigmas estocados na memória e estabelecer, assim, uma relação positiva ou

negativa, a partir de características que são mais representativas desse protótipo e que limitamos a um conjunto de comportamento e regras que estipulam o que é ou não é permitido. Segundo Santos (2005), “este ato de classificar não é neutro e implica necessariamente em uma avaliação do objecto.”

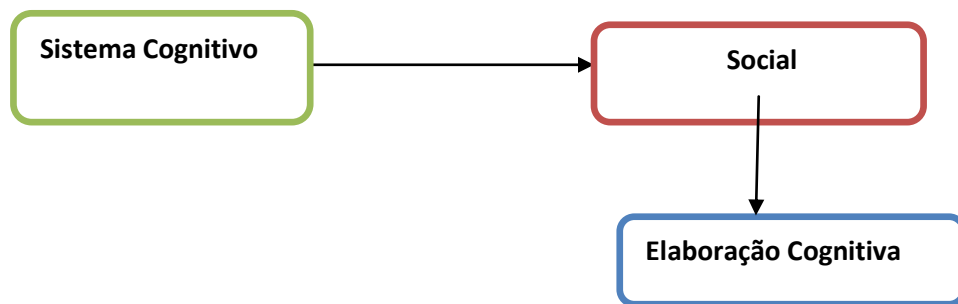
Ainda conforme esta autora, a ancoragem implica em: atribuição de sentidos a partir de conhecimentos e valores preexistentes na cultura; instrumentalização do saber, pois possibilita a tradução e compreensão do mundo social; enraizamento no sistema de pensamento. Ou seja, o novo, logo se torna familiar e transforma o conhecimento adquirido anteriormente.

A análise desses processos constitui a contribuição mais significativa e original do trabalho de Moscovici, uma vez que permite compreender como o funcionamento do sistema cognitivo interfere no social e como o social interfere na elaboração cognitiva.



Esquema nº 3 – Este esquema apresenta a estrutura das Representações Sociais.

Moscovici (2007) afirma que a análise desses processos ajuda a compreender como é que o sistema cognitivo interfere no social e como o social interfere na elaboração cognitiva.



Esquema nº 6

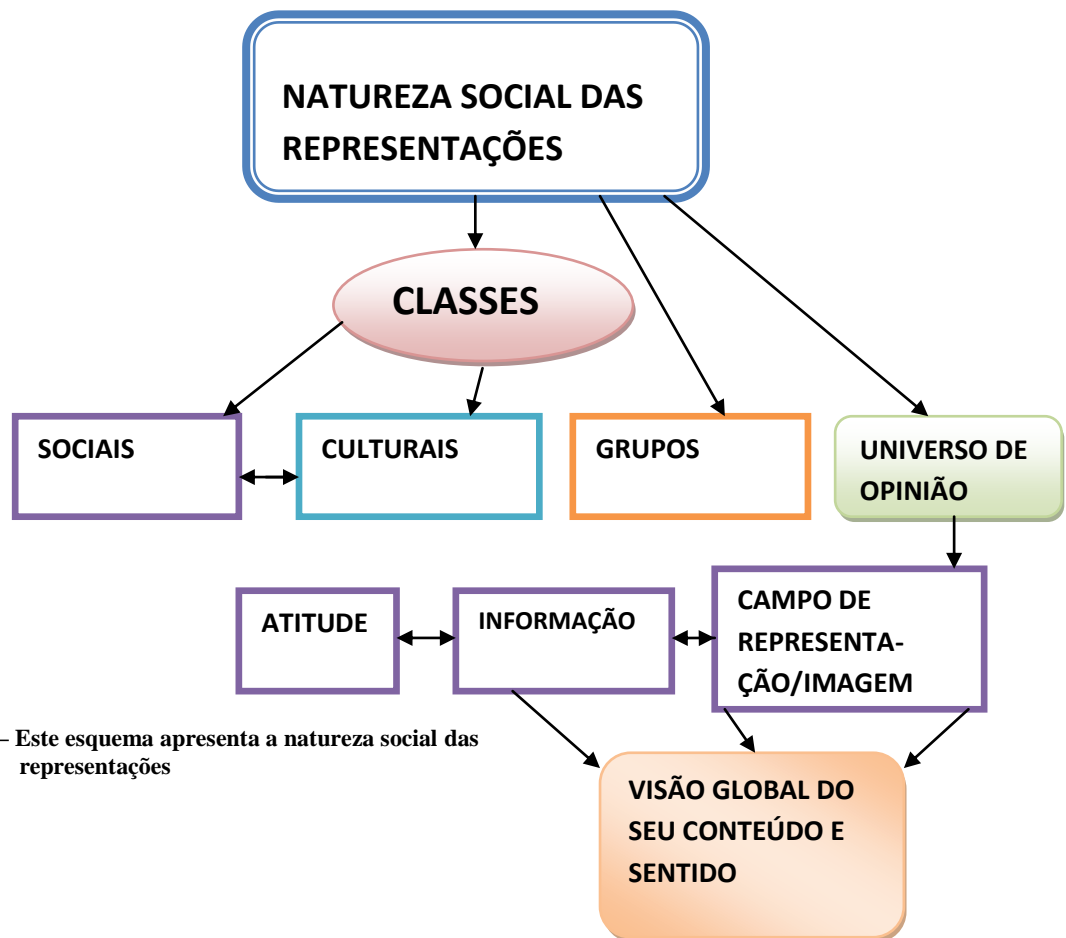
Este esquema representa a correlação entre o sistema cognitivo, social e a elaboração cognitiva.

1.2.1.2 Natureza Social das Representações

Moscovici (2007) analisa as representações sob sua natureza social, observando inicialmente, que as proposições, reacções e avaliações que fazem parte da representação se organizam de forma diversa em diferentes classes sociais, culturais e grupos, constituindo universos de opinião. Continua, afirmando que cada universo apresenta três dimensões: a atitude, a informação e o campo de representação ou imagem.

Ainda para Moscovici (2007),

- A atitude corresponde à orientação global, favorável ou desfavorável ao objecto da representação.
- A informação refere-se à organização dos conhecimentos que o grupo possui a respeito do objecto.
- O campo de representação remete à ideia de imagem, ao conteúdo concreto e limitado de proposições referentes a um aspecto preciso do objecto e pressupõe uma unidade hierarquizada de elementos.



Esquema nº 4 – Este esquema apresenta a natureza social das representações

1.2.2. A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

No que concerne à Construção das Representações Sociais (CRS) temos que ter em conta os processos sociais pelos quais as novidades e a mudança como a conservação e a preservação tornam-se parte da vida social, Moscovici (2007) orientou sua Psicologia Social para as questões de como as coisas mudam na sociedade. Neste sentido, a finalidade das RS seria tornar algo não-familiar, em familiar, com finalidade de renovar a ordem.

A representação social torna conhecido e próximo aquilo que é novo e estranho referente às bases do conhecimento, construído por determinado grupo específico de pessoas que se encontram, em circunstâncias específicas e engajadas, em projectos delimitados, em determinado lugar, em determinado momento histórico. A familiarização seria, então, um processo construtivo de objectivação e ancoragem, através do qual o não-familiar ocupa um lugar dentro do mundo familiar (Moscovici, 2007) .

1.2. 3. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais são formas de conhecimento compartilhadas que constroem uma realidade social e que se forma numa teoria de senso comum. São identificadas e equivalentes aos paradigmas construídos, em parte por crenças, que têm o poder de espalhar ideias e o conhecimento baseado na verdade que foi socialmente compartilhada.

A teoria das representações sociais ajuda-nos a compreender o poder que a sociedade tem de criar ideias à volta duma situação, dum fenómeno ou dum assunto e a forma como esta as galvaniza e as generaliza socialmente bem como os diferentes grupos assimilam e consomem a informação.

Jodelet (1989) analisa a evolução do conceito de representação social até aos nossos dias, destacando sua complexidade, vitalidade e transversalidade no campo das ciências humanas, e mostrando que já se pode falar de uma teoria das representações sociais, uma vez que este é hoje um domínio de pesquisa dotado de instrumentos conceituais e metodologias próprias.

É de salientar que além do próprio Moscovici e de Jodelet, muitos outros pesquisadores têm apresentado contribuições relevantes para o aprimoramento da teoria das representações sociais ao longo desse período de mais de trinta anos que nos separam de sua formulação inicial. Grande parte desses trabalhos foi reunida por Jodelet (1989) num volume exclusivamente dedicado ao estudo das representações sociais.

Além disso, inúmeros estudos empíricos têm investigado representações de objectos sociais, como “criança”, “escola”, “trabalho”, “corpo”, “saúde”, “doença”, “prostituição” e muitos outros sob os mais variados aspectos.

Em 1961, Moscovici publicou, em França, o livro *La Psychanalyse: son Image et son Public*. Nesta obra que esteve na base do campo de estudos da Teoria das Representações Sociais [TRS], Moscovici (1961) procurou compreender como a psicanálise foi apropriada pelo cidadão de rua. Numa perspectiva construtivista, Moscovici (1961) defende que os diferentes grupos sociais não consomem passivamente a informação disponibilizada pela ciência, mas transformam e adaptam os conteúdos à sua realidade social. Num processo de comunicação, procurando relacionar de modo mais rápido com a possibilidade de uma construção colectiva (Moscovici, 1978).

1.2.4. IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Moscovici (1961) afirma que a RS é uma preparação para a acção, por comandar o comportamento das pessoas. Por dar sentido à realidade social, essas teorias construídas de maneira clara, acabam por produzir identidades, organizar as comunicações e orientar as condutas.

As Representações Sociais estão relacionadas com o pensamento figurativo e a toda forma de vida mental que pressupõe linguagem, estando protegida, também, pelas influências sociais da comunicação, tornando-se senso comum,

Ainda servem como elo de ligação contínua entre as associações necessárias através de um gesto, uma palavra, uma atitude entre uns aos outros (Moscovici, 2007).

As representações sociais seriam uma forma, modalidade, característica de conhecimento particular que tinha por função a elaboração de comportamentos e a comunicação interpessoal. Ainda entende que o conhecimento é socialmente organizado e sempre produzido através das interações e comunicações resultando do mundo onde nos encontramos onde os interesses, as necessidades e os desejos humanos encontram expressão, satisfação ou frustração. Daí, o conhecimento seria sempre o benefício de um grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas e engajadas em projectos delimitados, em determinado lugar, em determinada época, Jodelet (2001).

1.2.5. A CONSTRUÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Moscovici (2007) afirma ter começado a pensar sobre a TRS quando estava refugiado político em Paris, época em que denominou “idade da inocência”, nesta época, a Psicologia Social na França era embrionária. Somado a isto, por estar refugiado, não tinha contacto com colegas dos Estados Unidos da América nem com os da Europa, fazendo leituras autónomas.

Moscovici (2007) afirma que a primeira razão que o levou a estudar a RS “[...] foi a convicção de que o senso comum, ou conhecimento comum, necessita ser reabilitado [...]”, observando que ele deve ser tratado como um terceiro género do conhecimento, pois quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, estuda-se algo que liga a sociedade ou os indivíduos à sua cultura, sua linguagem, seu mundo familiar.

O que constitui o ponto de partida desta teoria é o abandono da distinção entre

sujeito-objeto. Para essa teoria não existe uma realidade objectiva a priori, mas uma realidade mesma que é representada, reapropriada pelo indivíduo ou grupo, considerando seus aspectos individuais, sistemas de valores, contextos sócio-histórico e ideológico em que estão inseridos (Almeida, 2005).

O ponto fundamental nessa jornada de Moscovici (2007) foi insistir que as RS seriam uma modalidade característica de conhecimento particular que tinha por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. A partir de então, alia-se a uma corrente do pensamento sociopsicológico, que sempre foi minoritário dentro de uma disciplina dominada por séculos pelo comportamentalismo e, mais recentemente, por um cognitivismo não menos reducionista — e, durante muito tempo, por um individualismo.

Quanto às tradições académicas, “[...] explicita-se, que tal teoria se situa no cruzamento entre o que se tem chamado de psicologia social sociológica e de psicologia social europeia. A rigor, estas duas vertentes, disciplinares e geográficas, estão imbricadas” (Sá, 2007). O Trabalho de Moscovici foi parte de uma perspectiva europeia que emergiu nas décadas de 1960 e 1970; “[...] as raízes foram europeias, embora a flôr fosse caracteristicamente americana” (Farr, 1998).

Dentro dessa construção, o conceito de RS teve uma história conflitiva na Psicologia Social, que se construiu ao redor de um conjunto de diferentes preocupações. Marcava, dessa forma, uma mudança de eixo tradicional das pesquisas em Psicologia, em que a “[...] maioria dos teóricos anteriores à Segunda Guerra Mundial distinguia entre dois níveis de fenómenos — em termos gerais, o nível individual e o nível colectivo (cultura ou sociedade)” (Farr, 1998).

Foi nesse contexto que Moscovici definiu a Psicologia Social como a ciência do conflito entre o indivíduo e a sociedade. Ele acreditava que o indivíduo só existia dentro de uma rede social e toda sociedade seria resultado da interacção de milhares de indivíduos. O fundamental no estudo da Psicologia Social seria, justamente, questionar a separação entre individual e colectivo, contestando assim a dualidade entre o psíquico e o social, sem deixar de compreendê-los como campos interdependentes. Por isso, a RS torna-se um instrumento da Psicologia Social, pois articula o social e o psicológico como um processo dinâmico, permitindo compreender a formação do pensamento social e antecipar as condutas humanas (Almeida, 2005)

É importante registar que Moscovici (2007), ao buscar constituir uma ciência

“mista” centrada no conceito de representação, reconheceu um débito ao trabalho de Durkheim. Por este motivo, fez um esforço para recuperar e actualizar o conceito de “Representações Colectivas” (RC) deste sociólogo, mesmo entendendo que esse conceito havia deixado uma herança confusa para a Psicologia Social. Durkheim pensava em constituir a Sociologia como uma ciência autónoma, fazendo assim uma divisão extrema entre Representações Individuais (RI), que seria objecto da psicologia, e RC, que formariam o objecto da sociologia.

Por outro lado, como afirma Farr (1998) ao escolher Durkheim como ancestral para sua teoria das RS, “[...] contribuiu para assegurar que essa tradição francesa de pesquisa em Psicologia Social, fosse classificada como uma forma sociológica de Psicologia Social”. Na verdade, Moscovici criticava a natureza individual da tradição psicológica dominante da Psicologia Social nos Estados Unidos da América.

Compreender a relação entre as RS de Moscovici com o conceito de RC de Durkheim, a partir de uma perspectiva sociopsicológica, seria entender essa ambiguidade entre os termos individuais e colectivos utilizados por Durkheim, em que percebia o reconhecimento do individualismo como uma importante RC da sociedade moderna. Para Durkheim, o papel da Psicologia Social seria estudar de que modo as representações se atraem, se excluem, se fundem ou se distinguem uma das outras.

Este sociólogo propôs como condição para elaboração do conhecimento, a formação de conceitos que são repetidos pelos membros do grupo, com origem nas características da vida na colectividade. Nesse aspecto, seria função da RC a transmissão da herança colectiva dos antepassados que se acresceriam às experiências individuais, ou seja, tudo o que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar do tempo (Moscovici, 2007).

Moscovici, por sua vez, faz uma crítica ao carácter fixo ou estático que Durkheim fazia das representações, contrapondo que estas são dinâmicas. Este autor não acreditava apenas nessa herança colectiva, mas que o indivíduo tem um papel activo e autónomo no processo de construção da sociedade, da mesma forma que é criado por ela. Ele conferiu à RS um carácter fundamentalmente psicossocial, na medida em que a tomou como consequência de uma construção social, através da interacção entre seus membros na vida quotidiana (Sá, 2007).

Moscovici pensou na RS a partir de uma derivação sociológica durkheimiana, mas os argumentos quanto à existência comum de distintas formas de pensamento ele

foi buscar na tradição antropológica com Lévy-Bruhl (1910/1985) e na tradição psicológica como Piaget (1929), reconhecido também como ancestral na nova teoria. De Lévy-Bruhl, tomou a distinção entre “mentalidade primitiva” e “mentalidade civilizada” e de Piaget, a distinção entre “pensamento infantil” e “pensamento adulto”, para propor que formas duais semelhantes de pensamento coexistiriam nas sociedades contemporâneas, localizando-as em dois distintos “universos de pensamento”: por um lado o pensamento civilizado, adulto, frio, lógico, científico e objectivo, construído e mobilizado no que ele chamou de “universo reificado”; por outro lado, o pensamento primitivo, infantil, quente, não lógico, mágico e afectivo, construído e mobilizado no que ele chamou de “universo consensual” (Sá, 2007).

Dessa forma, as RS são conhecimentos do senso comum construídos nos universos consensuais, que várias vezes consistem em modificações operadas sobre elementos dos universos reificados. No universo consensual, a sociedade é uma criação visível, permeada com sentido e finalidade na qual o ser humano é a medida das coisas. No universo reificado, a sociedade é modificada em sistemas de entidades sólidas, invariáveis e que são indiferentes à individualidade. Tais transformações são formadas por meio de processos complementares de ancoragem e de objectivação. Moscovici (2007) resumiu esta dinâmica como a transformação do não-familiar em familiar.

Embora Moscovici insistisse que a perspectiva psicossocial das RS era uma teoria em construção, os anos 80 ensinaram uma consolidação do arcabouço teórico-conceitual básico. Essa estrutura passou a ser o pano de fundo em relação ao qual se produziram contribuições complementares. E isto, não apenas como resultado da reacção crítica externa, mas, também, como fruto de importantes iniciativas espontâneas.

No decorrer dos anos 1980, o campo das RS se expandiu na França e atravessou fronteiras nacionais europeias para se aclimatar na Itália, na Suíça, em Portugal, na Espanha, na Áustria e na Alemanha. A TRS também se expandiu para Grã-Bretanha e houve a ampliação da sua difusão em língua inglesa, junto à comunidade científica internacional, passando a ingressar, dessa forma, em vários países como Austrália, Japão e outros países asiáticos.

A teoria se expandiu para Aix en Provence e para Genebra por obra de dois antigos colaboradores de Moscovici, Abric e Doise, aos quais se deve a consolidação do campo nesses centros universitários, sob a forma de duas distintas teorias

complementares à teoria geral das RS. A emergência dessas contribuições maiores atende, nitidamente, ao convite de Moscovici para que a teoria continuasse a ser construída e a sua proposta de que tal construção se fundamentasse sobre uma acumulação consistente de evidências empíricas (Moscovici, 2007).

1.2.6. AS FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Tendo as representações sociais suas funções, Moscovici (2007) distinguiu duas funções: função do saber e função de orientação das comunicações sociais. Consecutivamente, Abric (1994) sugeriu acrescentar mais duas funções: a função identitária e a função justificadora.

Segundo Almeida (2005), as RS têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas, por isso, respondem a quatro funções essenciais:

1. A função do saber transforma o que é divulgado e adaptam a sua realidade social, através da comunicação ou seja, possibilita as pessoas a se comunicarem a partir de um conjunto de sentidos consensuais.
2. A função de orientação resulta em três factores essenciais: a representação intervém na definição da finalidade da situação; produz um sistema de antecipações e expectativas, sendo uma acção sobre a realidade e é prescritiva de comportamento ou de práticas obrigatórias. Elas se impõem sobre nós como uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado.
3. A função identitária possibilita que os indivíduos e grupos desenvolvam uma identidade social ajustada com os sistemas de normas e valores socialmente e historicamente construídos em determinado contexto e época.
4. A função justificadora permite aos sujeitos explicar e justificar seus comportamentos em face de uma situação ou semelhantes.

Abric (2003) afirma que a representação tem por função assegurar e evidenciar a diferenciação social, e ela pode estereotipar ou fixar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles (Abric, 2003).

1.2.7. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE CRIME.

Já existem alguns trabalhos guiados pelas representações sociais que

investigam temas comuns à nossa investigação. Podem-se destacar os estudos de investigação de Pierre-Puysegur & Corroyer (1987) a respeito das representações sociais do sistema penal em crianças francesas; destaca-se também a pesquisa de Halman (1995) sobre os sistemas de valores e a orientação moral de jovens e adultos de diferentes países, na qual o autor procurou analisar o efeito dos sistemas políticos e económicos e a incidência da idade e educação sobre os valores morais.

Podemos ainda ressaltar a pesquisa de Menin (2001) sobre as representações sociais de lei, crime e injustiça, realizada com adolescentes de diferentes níveis socioeconómicos, da cidade de Presidente Prudente, São Paulo. No decorrer do livro, a autora apresenta os resultados de sua pesquisa e reflecte sobre os mesmos. Os três estudos realizados parecem mostrar, dentro de uma variabilidade de respostas e como opostos de, um contínuo entre o extremo e o rigorismo, de um lado a tolerância e, de outro, duas grandes tendências de pensamento sobre leis, sobre formas de avaliarem infracções, de se julgarem situações como justas ou injustas e de se conceber injustiça.

Em suma, esta investigação proporciona a reflexão e a constatação de que as representações já citadas revelam mais do que estágios de pensamento. Revelam, pois, pensamentos possíveis dentro de classes sociais que vivenciam, no Brasil, modos muito diferentes de se relacionar com estas questões. Dessa forma, a autora conclui alertando quanto à necessidade de se observar mais do que atrasos ou avanços no desenvolvimento moral ou legal entre alunos das escolas públicas e particulares. Torna-se urgente entender que esses alunos pertencem a dois grupos sociais muito distintos, e que, como tal, construíram e reproduziram representações específicas de suas pertinências de acordo com seus enquadramentos culturais e sociais (Menin, 2001).

Noutra pesquisa com jovens argentinos e brasileiros para o estudo de representações sociais de lei, justiça e injustiça (Morais, 2004) os resultados demonstraram variações importantes relacionadas à nacionalidade dos jovens e foram discutidos de forma a contextualizarem-se as representações apresentadas, ao comparar os jovens brasileiros com os argentinos, estes últimos demonstram estarem mais próximos dos aparatos legais, apresentando um melhor esclarecimento em relação a eles, assim como um poder de acção mais efectiva na esfera pública.

Numa investigação sobre as crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal na população portuguesa (Machado, 2010) a autora encontra que as determinantes socioculturais, determinantes individuais e os

determinantes educativos são valorizados de forma diferente pelo sexo masculino e feminino. O género masculino apresentava crenças mais erróneas relativamente a violência interpessoal.

1.2.8. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

A visão relativamente recente da educação como um sistema social interactivo cujo funcionamento só pode ser compreendido com referência a um ambiente social mais amplo, levou a uma série de estudos sobre as significações referentes às situações pedagógicas.

Alves-Mazzotti (2012) afirma que é possível estabelecer, nesses estudos, uma articulação com as representações sociais, mesmo quando estas não são directamente focalizadas, analisando as significações que deles possam ser depreendidas.

No cenário educacional da sociedade capitalista contemporânea, que se contextualiza pela interconexão do mundo globalizado, os meios sociais, económicos e políticos desenvolvem-se impulsionados pelo crescente fluxo de informações, possivelmente, amplificado pelo advento da informática (Abreu-Junior, 1996).

O mercado passou a exigir um profissional capaz de adequar-se ao mundo globalizado, com formação especializada, e visão holística: um trabalhador voltado para sua área de actuação, mas capaz de dialogar nos trabalhos em equipe. De certo modo, alguém que possa isolar-se em um terminal de computador, mas que esteja conectado ao mundo real e ao mundo on line (Abreu-Junior, 1996).

Por um lado, essa exigência tem envolvido as escolas, e de um modo ou de outro, com maior ou menor respaldo tecnológico, actuar na adequação dos objectivos de ensino-aprendizagem. Por outro, esse ponto de vista parece concorrer na produção do saber popular através da televisão, da rádio, das revistas, dos jornais, da Internet, enfim dos sistemas mediáticos (Abreu-Junior, 1996).

No caso dos meios de comunicação social, o conteúdo é direccionado e planejado para produzir um tipo de educação, menos formal e menos criticável pelo cidadão comum (Abreu-Junior, 1996).

Esse contexto, possivelmente se dá mediante relações dinâmicas, que se estruturam e se re-estruturam nos grupos sociais, impulsionadas pela tensão ou dissenso entre os distintos universos de opinião, que se formam e se transformam.

O homem seria o resultado de infinitas relações que se estabeleceram e se transformaram no decorrer de sua existência. Algumas de maior significado, outras mais efêmeras, todas contribuindo para a construção e transformação desse sujeito que aprende no quotidiano (Guareschi, 1996).

Nesse conceito, que carrega a ideia de um sujeito capaz de ampliar seus horizontes e transformar-se, está subentendida a possibilidade formadora do conhecimento quotidiano.

Jodelet (1985) enfatizou a necessidade de se questionar, nas pesquisas de representações sociais, quem fala e de onde fala. Isto leva em conta o tipo de relação, na qual o sujeito se coloca, enquanto raciocina acerca do objecto. Ele fala enquanto mãe, enquanto filho?

O ensino e a aprendizagem requerem operações e processos cognitivos, levando-se em conta o contexto social dos sujeitos envolvidos.

Loureiro (2003) mostrou que em processos de socialização secundária, como na escola, o conhecimento do quotidiano familiar é confrontado com o de outros grupos e após sua re-significação, ele passa a fazer parte do campo das representações sociais de cada um dos envolvidos.

Em síntese, no ambiente educacional, é importante que os alunos e professores estejam vinculados à realidade psicossociológica do grupo vivente no entorno escolar, em um conjunto que consiga entender que há complexidade nestas relações educacionais e que os sujeitos são constituintes e constituídos de um processo que envolve as suas histórias sociais e individuais (Madeira, 2001; 1998).

A educação constituir-se-ia, desse modo, num sistema de valorização e diálogo com o conhecimento do senso comum, preconizando a superação da dicotomia entre a teoria e a prática. O processo educacional não se dissociaria do movimento em que se constroem as representações sociais, sendo ambos, mutuamente constituídos e constituintes (Loureiro, 2003).

As políticas educacionais contribuiriam para a formação de um docente que garantisse a troca de informações acerca de assuntos do quotidiano, ao invés de apenas buscar que o aluno se direcione ao mundo do conhecimento científico e formal. Ao

contrário disso haveria o risco de, nas suas objectivações, os alunos transmudarem este conhecimento em conceitos superficiais, capazes de confirmar preconceitos pré-existent no seu campo social (Loureiro, 2003).

Podemos afirmar que as representações sociais têm muita importância para o domínio da educação ou seja para o processo-docente educativo.

II - PARTE: Estudos empíricos

1. Objectivos

O objectivo geral da investigação é de contribuir para uma melhor compreensão das representações sociais sobre o crime, em Benguela - Angola.

Os objectivos específicos são:

Caracterizar as representações sociais sobre o crime dos adolescentes que estudam no ensino secundário da escola Comandante Augusto Chipenda

2. Processo de investigação

Nesta pesquisa, o método utilizado está intimamente ligado aos objectivos que são delimitados. Tal como Moscovici (1976) o fez em relação à psicanálise, ao definir-se como objecto de estudo a representação social do crime, pretende-se efectuar aproximações, quer em relação ao que as pessoas pensam, quer em relação ao como e porque elas o pensam (Doise, 1986a).

Assim, foram traçadas duas fases no processo de investigação. Recorrendo sempre à técnica da associação livre, num primeiro momento, foram recolhidas as representações sociais do crime, num segundo momento, foram recolhidas as representações sociais das causas e soluções do crime, bem como das pessoas associadas ao crime.

2.1 ASSOCIAÇÃO LIVRE E QUESTÕES ABERTAS

Utilizou-se a técnica da associação livre, procedimento usual no domínio das representações sociais, para efectuar aproximações em relação ao universo semântico da representação do crime (Clemente, 1992). A associação livre consiste em pedir ao sujeito que produza uma lista de palavras a seguir a um indutor.

Como esta técnica dificilmente fornece dados sobre a organização do discurso dos sujeitos, revela-se mais pobre do que a técnica de entrevista livre não directiva ou semi-directiva. Permite, no entanto, uma economia de tempo e, no momento do tratamento estatístico, reduzir o enviesamento produzido pelo investigador (Poeschl, 1992). Daí, contrariamente às regras complexas que devem ser utilizadas na análise de entrevistas, a associação livre é, em geral, objecto de um pequeno número de reduções, que permitem minimizar as alterações no discurso do sujeito. As regras propostas por Di Giacomo (citado por Poeschl, 1992) são, neste âmbito um bom exemplo.

2.2 PROCEDIMENTO

O procedimento de recolha de dados foi realizado durante 8 semanas, no primeiro estudo, e 2 semanas, no segundo estudo.

No primeiro e no segundo estudo, quase na totalidade dos casos, a técnica da associação livre foi auto-administrada e respondida de forma individual. No entanto, sempre que os participantes no estudo tinham dificuldades de execução da tarefa solicitada, nomeadamente por questões de analfabetismo, recorreu-se à técnica da entrevista individual para aplicação da associação livre.

Era solicitado aos sujeitos para associarem palavras ao indutor crime, tendo sido colocada a questão “crime faz-me pensar em....”.

No segundo estudo, a ordem de apresentação dos indutores foi causas, soluções e pessoas associadas.

3 - Estudo 1: representações sociais do crime

3.1 - AMOSTRA

A amostra é constituída por 250 indivíduos, todos residentes no município de Benguela, em Angola.

Metade da amostra é do sexo masculino. A média da idade é de 23,64 (DP = 7,38), sendo a idade mínima de 15 e a máxima de 56 anos de idade. A escolaridade, por seu lado, varia entre o analfabetismo e a formação universitária.

3.2 - RESULTADOS

Foram produzidos 1346 respostas a que correspondem 246 termos diferentes, cujas frequências variam entre 158 e 1.

A análise de frequências evidencia 55 respostas com frequência igual ou superior a 5, isto é a 2% da amostra. Na Tabela 1 como se pode observar, as respostas mais citadas foram roubar com 158 respostas, matar com 155 respostas e violar com 95. Em seguida com 59 respostas surge violência, com 49 droga, com 45 bater e cadeia com 35 respostas, morte com 34 respostas, traficar com 29, violência doméstica com 26 respostas, delinquência com 24, armas com 15 e falsificar com 13 respostas. Surge

depois agredir, alcoolismo e destruir com 11 respostas cada, assaltar e tristeza com 10 respostas cada, corrupção, discriminação, desemprego, fumar, lutar e sequestrar com 9 respostas cada, adultério, atropelar, dores e maltratar com 8 respostas cada. Com 7 respostas cada nas palavras acusar, desobedecer, falta de amor, frustração, maldade, ofender e sofrimento. Ainda burlar, desgraça, facas, ódio, pedofilia e suicídio com 6 respostas cada e acusações falsas, bandagem, confusões contra lei, envenenar, falso testemunho, fazer mal, guerra, invejar, mau comportamento, medo, mentir ofensa corporal e racismo com 5 respostas cada.

Tabela 1: Palavras resposta ao indutor crime

	N
Roubar	158
Matar	155
Violar	95
Violência	59
Droga	49
Bater	45
Cadeia	35
Morte	34
Traficar	29
Violência doméstica	26
Delinquência	24
Armas	15
Falsificar	13
Agredir	11
Alcoolismo	11
Destruir	11
Assaltar	10
Tristeza	10
Corrupção	9
Discriminação	9
Desemprego	9
Fumar	9
Lutar	9
Sequestrar	9
Adultério	8
Atropelar	8
Dores	8
Maltratar	8
Acusar	7
Desobedecer	7
Falta de amor	7

Frustração	7
Maldade	7
Ofender	7
Sufrimento	7
Burlar	6
Desgraça	6
Facas	6
Ódio	6
Pedofilia	6
Suicídio	6
Abuso sexual	5
Acusações falsas	5
Bandidagem	5
Confusões	5
Contra a lei	5
Envenenar	5
Falso testemunho	5
Fazer mal	5
Guerra	5
Invejar	5
Mau comportamento	5
Medo	5
Mentir	5
Ofensa corporal	5
Racismo	5

Uma análise fatorial de correspondências múltiplas dos resultados apresentados da Tabela 1, com as variáveis sexo e idade em duas categorias (até 21 anos inclusive e com mais de 21 anos) é apresentada na Figura 1.

Como se observa na Figura 1, o primeiro fator divide, sobretudo, jovens de adultos e o segundo fator separa, principalmente, masculino de feminino. Assim, as representações sociais podem ser organizadas em 4 grupos: masculino, feminino, jovens e adultos.

As representações sociais dos participantes:

- do **sexo masculino** congregam respostas como armas, contra a lei, ofensa corporal, assaltar, fumar, bandidagem, falsificar, adultério, cadeia, corrupção, delinquência, traficar, desemprego, falsificar;
- do **sexo feminino** tem palavras respostas como perdão, mentir, dores, falso testemunho, medo, destruir, racismo, sequestrar, morte, acusar, suicídio, droga, discriminação, envenenar;

- Em comum os 4 grupos associam a crime as palavras maltratar, violência, roubar, violar, matar, ofender, bater, agredir, pedofilia, maldade, alcoolismo, atropelar, ódio, violência doméstica.



4 - Estudo 2: representações sociais das causas, soluções de pessoas associadas ao crime

4.1 - AMOSTRA

Foram aplicados 36 inquéritos a indivíduos residentes no município de Benguela, em Angola.

As idades variam entre 15 anos de idade e 78 anos de idade, com um valor médio de 47,39 (DP = 17,16). Quarenta e quatro por cento dos indivíduos são do sexo feminino e 56% são do sexo masculino.

A escolaridade varia entre o analfabetismo e a formação universitária.

4.2 - RESULTADOS

4.2.1. - Causas do crime

Foram produzidos 137 respostas a que correspondem 60 termos diferentes, cujas frequências variam entre 18 e 1.

A análise de frequências evidencia 20 respostas com frequência igual ou superior a 2, isto é, respostas referidas por mais de 5% da amostra.

Como se pode observar na Tabela 2, as causas do crime mais referidas são roubar e matar, com frequências de 18 e 13, respectivamente. Surge depois mentir, com 8 respostas, e fome, com 7. Burlar e falta de dinheiro têm 5 respostas cada. Com 4 respostas cada aparece desemprego, droga e frustração. Bater, doença, falsificar documentos, ilusões, influência de amigos, pobreza e violência com 3 respostas cada. Ainda com 2 respostas cada em acusar sem provas, álcool, ódio e tráfico de drogas.

Tabela 2: Palavras resposta ao indutor causas do crime

	N
Roubar	18
Matar	13
Mentir	8
Fome	7
Burlar	5
Falta de dinheiro	5
Desemprego	4
Droga	4
Frustração	4
Bater	3
Doença	3
Falsificar documentos	3
Ilusões	3

Influência de amigos	3
Pobreza	3
Violência	3
Acusar sem provas	2
Álcool	2
Ódio	2
Tráfico de drogas	2

Como se pode observar, as causas mais referidas são: roubar, matar, falta de dinheiro e outros

4.2.2. Soluções do crime

Foram produzidos 116 respostas a que correspondem 44 termos diferentes, cujas frequências variam entre 17 e 1.

A análise de frequências evidencia 17 respostas com frequência igual ou superior a 2, isto é, isto é, respostas referidas por mais de 5% da amostra. Nesta tabela observou-se a palavra estudar com 17 respostas, trabalhar com 12 e emprego com 10 respostas. Com 6 respostas cada nas palavras justiça prender. Bom salário e Deus com 5 respostas cada, combater a pobreza e palestras com 4 cada, as palavras amor, família, fazer negócio e resolver problemas com 3 respostas cada e matar quem mata o outro, meio social, ocupação e perdoar com 2 respostas cada.

Tabela 3: Palavras resposta ao indutor soluções do crime

	N
Estudar	17
Trabalhar	12
Emprego	10
Justiça	6
Prender	6
Bom salário	5
Deus	5
Combater a pobreza	4
Palestras	4
Amor	3
Família	3
Fazer negócio	3
Resolver problemas	3
Matar quem mata o outro	2
Meio social	2
Ocupação	2
Perdoar	2

4.2.3 - Pessoas associadas ao crime

Foram produzidos 106 respostas a que correspondem 46 termos diferentes, cujas frequências variam entre 9 e 1.

A análise de frequências evidencia 20 respostas com frequência igual ou superior a 2, isto é, respostas referidas por mais de 5% da amostra. No que diz respeito a tabela 4, observou-se a palavra desempregados com 9 respostas, que não trabalham com 8 respostas, ambiciosos, drogados e que não estudam com 7, Deus com 5 respostas. Com 4 respostas as palavras frustrados, gatunos e ladrões. Ainda com 3 respostas assassinos, jovens que não trabalham e que ganham mal. Por último bêbados, com comportamento negativo, corruptos, delinquentes, mentirosos, pedófilo, prostitutas e traficantes de drogas com 2 respostas respectivamente.

Tabela 4: Palavras resposta ao indutor pessoas associadas do crime

	N
Desempregados	9
Que não trabalham	8
Ambiciosos	7
Drogados	7
Que não estudam	7
Deus	5
Frustrados	4
Gatunos	4
Ladrões	4
Assassinos	3
Jovens que não trabalham	3
Que ganham mal	3
Bêbados	2
Com comportamento	
Negativo	2
Corruptos	2
Delinquentes	2
Mentirosos	2
Pedófilo	2
Prostitutas	2
Traficante de drogas	2

CONCLUSÕES

O presente trabalho de investigação analisa as Representações sociais do Crime em Angola.

É possível traçar uma representação social do crime que é comum aos diferentes grupos sociais e uma representação social específica a grupos sociais em função da idade e do sexo.

A representação social do crime que é comum a todo o corpo social congrega, sobretudo, crimes contras as pessoas, nomeadamente os de cariz sexual. Nesta representação, dos crimes patrimoniais apenas o roubo está presente. Surge, também, o sentimento de ódio e o comportamento de maldade. Por fim, o alcoolismo é, igualmente, associado a crime.

A representação social do crime do sexo masculino congrega respostas como armas, contra a lei, ofensa corporal, assaltar, fumar, bandidagem, falsificar, adultério, cadeia, corrupção, delinquência, traficar, desemprego, falsificar;

A representação social do crime do sexo feminino tem palavras resposta que formalmente são crimes, como por exemplo sequestrar, mas, em geral, tem palavras respostas que formalmente não são crimes e que são comportamentos indesejáveis como mentir, discriminação e racismo. A representação de crime do sexo feminino tem, também, presente a ideia de morte e, ainda, uma dimensão de violência contra si, como por exemplo, em suicídio. Existe, também, uma dimensão de perdão e de medo. Por fim, surgem termos como dores, falso testemunho, destruir, acusar, droga e envenenar.

A representação social do crime dos adultos (mais 21 anos) está marcada pela guerra, estando, também, presente a luta, o fazer mal, o sofrimento e a desgraça.

A representação social do crime dos jovens (até 21 anos) inclui falta de amor, abuso sexual, acusações falsas, facas, tristeza, mau comportamento e confusões.

As causas do crime são, sobretudo, o roubar, o matar, o mentir e a fome, passando as soluções por estudar, trabalhar, pelo emprego e pela justiça. Os grupo mais associado ao crime é o dos inactivos.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu-Junior, L. (1996). *Conhecimento transdisciplinar: o cenário epistemológico da Complexidade*. Editora Unimep. Piracicaba.
- Abric, J.C. (1994). *A organização interna das representações sociais: sistema central e sistema periférico*. Do original: L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In: Ch. Structures et transformations des représentations sociales. Delachaux et Niestlé. Lausanne.
- Abric, J.C. (2003). *Abordagem Estrutural das Representações Sociais: desenvolvimentos recentes*. In: Campos, P.; Loureiro, M. Representações Sociais Educativas. ED. Da UCG. Goiânia.
- Adorno, S. A. (1992). *A socialização incompleta: os jovens delinquentes expulsos da escola*. In S. HADDAD (Ed): Sociedade civil e educação. Campinas: Papirus.
- Almeida, Â.M.O. (2005). *A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas*. In: Santos. M. F. S. & Almeida. L. M. (Org.). Diálogos com a teoria das representações sociais. UFPE/UFAL. Recife.
- Almendra, D. (2009). *Os mundos do crime: práticas e representações da violência urbana em múltiplas escalas de análise*. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia "Teoria Sociológica, Violência e Segurança Pública". Rio de Janeiro.
- Alves-Mazzotti, A.J. (1994). *Meninos de rua: uma comparação entre imaginários*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq em Abril de 1994.
- Associação Paz e Democracia [AJPD]. (2007) *Carta Sobre a Prisão Preventiva e os Direitos dos Arguidos*. (2ª Edição). Luanda.
- Asúa, J. (1951). *Tratado de Derecho Penal*. v. 3. Losada. Buenos Aires. In Fabbrini J. e Fabbrini, R.N. (2007). Manual de Direito Penal. 24ª ed. Atlas. São Paulo.
- Batista, C.; Basso, E.; Cocco, M.; Geib, L. T. C (2004). *Representações sociais*

- dos adolescentes acerca da violência doméstica*. Revista Electrónica de Enfermagem. Rio de Janeiro.
- Batista, N. (1990). *Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro*. Revan. Rio de Janeiro.
- Batista, V.M. (2009). *Criminologia e política criminal*. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro.
- Beccaria, C. (1764). *Dei Delitti e Delle Pene*. Traduzido pela editora Martin Claret. São Paulo.
- Bettiol, G. (1978). *Direito Penal, parte geral*. v. 1. Coimbra editora. Coimbra. In Fabbrini J. e Fabbrini, R.N. (2007). *Manual de Direito Penal*. 24ª ed. Atlas. São Paulo.
- Bouquet, G. (2008). *Guerres et conflits en Afrique*. La décomposition des pouvoirs et des territoires.
- Capez, F. (2004). *Curso de Direito Penal, parte geral*. 7ª ed. Saraiva. São Paulo.
- Constituição de Angola (2010) (1ª Edição). Luanda. Angola.
- Consult. Sociedade Angolana de Estudos e Consultoria,L.DA. (2007) *Monografia da Província de Benguela*. (1ª Edição) Benguela-Angola.
- De la Rosa, J.M. (2003). *El fenómeno de la delincuencia juvenil: causas y tratamientos* (documentos).
- Delumeau, J. (1983). *História do medo no Ocidente* (1300-1800). Companhia das Letras. São Paulo.
- Dicionário Enciclopédico da Psicologia* 1ª Edição, Setembro de 2008
- Doise, W. (1989a). *Attitudes et représentations sociales*. In. Jodelet, D. Les représentations sociales: un domaine en expansion. Paris: Presses Universitaires de France.
- Doise, W.(1989b). *Cognitions et représentations sociales: l'approche génétique*. In.

- Jodelet, D. Les representations sociales: un domaine en expansion. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dolto, F. (1999). *Como Educar os Nossos Filhos, Compreensão e Comunicação entre Pais e Filhos*. A Criança e o Adolescente e Nós. (1ª Edição). Lisboa-Portugal.
- DORON & PAROT (2001) *Dicionário de Psicologia*, 1ª Edição, Lisboa
- Durán, O. (2003). *La delincuencia juvenil como fenómeno social y su impacto en el Estado Carabobo en el primer semestre del año 2001*.
- Durkheim, E. (1995). *As regras do método sociológico*. Tradução Paulo Neves. Martins Fontes, São Paulo.
- Eiguer, A. (1999). *Pequeno Tratado das Perversões Morais*. (1ª Edição). Lisboa-Portugal.
- Faria de Brito, J. (2010). *Revolução de Angola e os Direitos Humanos: Nações Unidas e a segurança humana*. Revista Eletrônica de Direito Internacional.
- Farr, R. (1998). *As raízes da Psicologia Social Moderna*. Vozes. Petrópolis.
- Fernandes, N. e Fernandes, V. (2002). *Criminologia Integrada*. 2. ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo.
- Fiorelli, J.O. & Mangini R.C.R. (2009). (1ª Edição). *Psicologia Jurídica*. Editora Atlas S.A. São Paulo.
- FLAH. (2007). *Quais podem ser alguns factores de criminalidade juvenil?*
- Fontes, M. (2001). *A Família e o Desenvolvimento Individual*. D.W. Winnicott (2ª Edição). São Paulo. Brasil.
- Fontes, M., (1996). *Tudo Começa em Casa*. D.W. Winnicott. (2ª Edição). São Paulo. Brasil.
- Foucault, M. (1977). *Vigiar e Punir*. Vozes. Petrópolis.
- Frias, G. (2004). *A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na actualidade*. SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

- Frometa, C.M. et al. (2006) *Factores que intervêm no aumento da criminalidade no seio da juventude no município de Benguela* República de Angola.
- Galvão, F. e Greco R. (1999). *Estrutura Jurídica do Crime. Mandamentos*. Belo Horizonte.
- García-Pablos, A. (2007). *Criminologia: una introducción a sus fundamentos teóricos*. 6 Ed. Tirant Lo Blanch. Valencia.
- Garrido, G. V. (2005). *A prevenção da violência escolar*. Jornadas de Orientação.
- Giddens, A. (2007). *Sociologia* (5ª Edição), Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.
- Ginzburg, C. (1991). *A história noturna*. Companhia das Letras. São Paulo.
- Gonçalves Da Silva, L.M. (2010) *Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal*. Dissertação apresentada a Universidade Fernando pessoa como parte dos requisitos para obtenção de grau de Mestre em Psicologia da Saúde. Porto. Portugal.
- Guareschi, P. A. (2000). *Sinais de um novo paradigma*. In: Campos, R. H. de F.; Guareschi, P. A. (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social: a perspectiva Latino-Americana*. Vozes. Petrópolis.
- Halman, L. (1995). Y a-t-il un déclin moral? *Enquête transnationale sur la moralité dans la société contemporaine*. Revue Internationale des Sciences Sociales.
- Izquierdo Moreno, C. (2003). *Delincuencia juvenil en la sociedad de consumo*. Mensajero, Bilbao.
- Jodelet, D. (1985). *La representación social: fenómenos, concepto y teoría*. In: Moscovici, S. (Org.). *Psicología Social*. Paidós. Barcelona.
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales: un domaine en expansion*. In Jodelet, D. *Les représentations sociales: un domaine en expansion*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (2001). *Representações sociais: um domínio em expansão*. In: Jodelet, D.

- (Org.). *As representações sociais*. Ed.UERJ. Rio de Janeiro.
- La Scuola di Formazione “*Casa del Sole*”. *Droga y Alcohol. Confederation de Programmas Therapeuticos “Proyecto Hombre*”. Castel Gandolfo (Roma) Itália.
- Leite, G. (2002). *Breve relato sobre a história da Criminologia*.
- Liszt, F. (1899). *Tratado de Direito Penal Alemão*. Traduzido por: José Hygino Duarte Pereira. Editora F. Briguret & C. Rio de Janeiro.
- Lopes, A. M. e Arnaut, L. (2008). *História da África: uma introdução*. 2ª ed., Crisálida. Belo Horizonte.
- Loureiro, M. C. da S. (2003). *Representações sociais e formação de professores*. In: Campos, P. H. F.; Loureiro, M. C. (Orgs.). (2003). *Representações sociais e práticas educativas*. Ed. da UCG. Goiânia.
- Machado, L.M. (2010). *Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal*. Dissertação apresentada a Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção de grau de Mestre em Psicologia da Saúde. Porto.
- Madeira, C.A, & A.M.M(2002). *Comunicar em Ciência* como redigir e apresentar trabalhos científicos. Escolar Editora-Lisboa
- Madeira, M. C. (1998). *Um aprender do viver: Educação e representação social*. In: Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. (1998). *Estudos interdisciplinares de representação social*. AB. Goiânia.
- Madeira, M. C. (2001). *Representações sociais e educação: importância teórico-metodológica de uma relação*. In: Moreira, A. S. P. (Org.). (2001). *Representações sociais: teoria e prática*. Editora Universitária. Rio de Janeiro.
- Maggiore, G. (1951). *Direito Penale*. 5ª ed. Nicola Zanelli. Bolonha.
- Marcelli, D, Braconnier, A. (2005). (1ª Edição). *Adolescência e Psicopatologia*. Climepsi Editores. Lisboa.

- Marcén.C.P. (1990). *La Toxicomania. Conferecion de Programas Terapêuticos "Proyecto Hombre"*. Madrid.
- Marx, K.(1867) *O Capital*. Conrad Editora do Brasil Ltda. Medeiros, I.(2010). *Serão explicáveis os conflitos violentos em África?*. Finisterra.
- Medina.M.C. (2005). *Código de Família (2ª Edição)*. Colecção Faculdade de Direito UAN. Luanda.
- Medina.M.C. (2008). *Lei do Julgado de Menores Código de Processo do Julgado de Menores. Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança*. (2ª Edição). Revista Actualizada. Colecção Faculdade de Direito UAN. Luanda.
- Melgosa.J. (2011) *Mente Positiva. Guia Prático Para Qualquer Situação. Edições Saúde e Lar. Editorial Safeliz*. Madrid (Espanha).
- Menin, M. S. (2001). *Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes*. Tese de livre-docência não-publicada, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.
- Morais S. A. & Menin, M.S. (2004). *Representações sociais de lei, justiça e injustiça*: Rio Grande do Norte Natal, Brasil.
- Moscovici, (eds). Social representations. Cambridge: Cambridge University
Moscovici, S. (1978) *Representações Sociais da Psicanálise, sua imagem e seu público*. Zahar Editora. Rio de Janeiro.
- Moscovici, S. (1984). *The phenomenon of social representations*. In FARR, M.;
Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Vozes. Petrópolis.
- Moscovici,S. (1978) *A representação social da psicanálise*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- Nascimento, J.F.B. (2003). *Curso de Criminologia*. Editora Juarez de Oliveira. São Paulo.
- Noronha, E. (1983). *Direito Penal*. v. 1. 15ª ed. Saraiva. São Paulo.

- Núñez, M.A. (2010). *Amores que Matam. O Drama da Violência Contra a mulher*. Brasil.
- Park, R. E (1939). *An Outline of the Principles of Sociology*. University Chicago Press. New York.
- Pimentel, M.P. (1983). *O Crime e a Pena na Atualidade*. Revista dos Tribunais., São Paulo.
- PNUD. (2005). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nova York.
- Prado, A.; Almeida, O. (organizador). (2004). *Código de Hamurabi, Leis da XII Tábuas, Manual dos Inquisidores, Lei de Talião*. ed. Paulistanajur. São Paulo. Press.
- Ribeiro .L.P.(2010). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde*(3ª Edição) Livpsic – Psicologia. LEGIS EDITORA. Porto Codex
- Ribeiro, J.L.P. (2010). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saúde* (3ª Edição) Livpsic. Legis Editora. Porto-Portugal.
- Rudé, G. (1991). *A multidão na História: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Campus. Rio de Janeiro.
- Sá, C.P. (2007). *As representações sociais na história recente e na atualidade da Psicologia Social*. In: Vilela, A.M.; Ferreira, A. Portugal, F. História da Psicologia: rumos e percursos. NAU, Rio de Janeiro.
- Santos, M.F. (2005). *A teoria das representações sociais*. In: Almeida, L. M. Diálogos com a teoria das representações sociais. Ed. Universitária da UFPE/UFAL. Recife.
- Sebastião.F. (2010). *A Justiça Penal em Angola. (Algumas Reflexões)*. Casa das Ideias. Divisão Editorial.
- Shecaira, S.S. (2004). *Criminologia*. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo.
- Silva.A.M. (2004). *Desenvolvimento de Competências Sociais nos Adolescentes. Perspectiva de Prevenção em Saúde Mental na Adolescência*. Climepsi Editores.

Lisboa-Portugal.

Soares, O. (1986). *Criminologia*. Freitas Bastos. Rio de Janeiro.

Strecht P. (2002). *Interiores. Uma Ajuda aos Pais Sobre a Vida Emocional dos Filhos*. Assírio & Alvim. Lisboa.

Toledo, F.A. (1999). *Princípios Básicos do Direito Penal*, Saraiva. São Paulo. In Galvão, F. e Greco R. (1999). *Estrutura Jurídica do Crime*. Mandamentos. Belo Horizonte.

Tolosso, C. et al. (2007). *A problemática da delinquência juvenil no centro pré-universitário do Lobito e suas consequências no processo docente educativo: estratégia de prevenção e redução do risco*. Tese apresentada em opção ao título de Licenciado em Educação no Instituto Superior de Ciências de Educação de Benguela.

Torralba, I.M., Sanchez, E.S.(2005). *Violência Tolerância Zero. Programa de Prevención de la Obra Social “La Caixa”*, Barcelona. Espanha.

Velazco E. (2002). *La delincuencia en la era de la globalización*.

Ventura, M. (2003) *Desmilitarização da sociedade e a superação da cultura da violência*. Workshop provincial sobre as prioridades da reconciliação nacional.

Zaffaroni, E. R. In Fernando Galvão e Rogério Greco, (1999). *Estrutura Jurídica do Crime*. Mandamentos. Belo Horizonte.

Zaffaroni, E. R. (2007). *O inimigo no Direito Penal*. Revan. Rio de Janeiro.